

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ANA CAROLINA SEGOBIO RIOS**

**NO LABIRINTO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE SEDUÇÕES,  
AMEAÇAS E SEGREDOS**

**São Borja  
2019**

**ANA CAROLINA SEGOBIO RIOS**

**NO LABIRINTO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE SEDUÇÕES,  
AMEAÇAS E SEGREDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Soares Vieira

**São Borja  
2019**

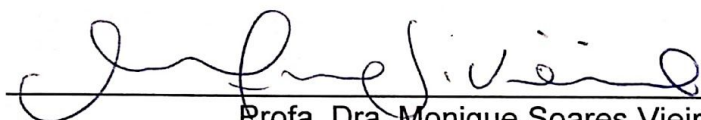
**ANA CAROLINA SEGOBIO RIOS**

**NO LABIRINTO DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ENTRE SEDUÇÕES,  
AMEAÇAS E SEGREDOS**

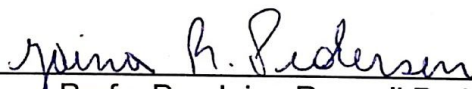
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04 de julho de 2019.

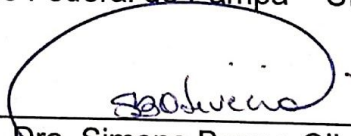
Banca examinadora:



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Monique Soares Vieira  
Orientadora  
(Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Jaina Raqueli Pedersen  
(Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Simone Barros Oliveira  
(Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

Dedico este trabalho à todas as crianças e adolescentes que passaram por abusos sexuais dentro de seu próprio lar. Onde a sua residência ao invés de ser um lugar de proteção, amor e acolhimento, tornou-se um lugar de dor e sofrimento.

“Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado”.

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso em Serviço Social possui como objetivo desvendar de que forma o acometimento do abuso sexual intrafamiliar impacta nas relações sociofamiliares. Para tanto, foram elaborados quatro objetivos específicos, são eles: Determinar a incidência da prática de abuso sexual intrafamiliar; Entender de que forma os abusos se dão dentro das relações familiares; Analisar a forma de como é apreendido pela família o abuso sexual intrafamiliar e entender a dinâmica familiar pós-descoberta do abuso sexual intrafamiliar. O método escolhido para realizar esta pesquisa foi o dialético-crítico e três categorias: historicidade, totalidade e contradição. A presente pesquisa foi de caráter qualitativo, utilizando-se do estudo bibliográfico com amostragem não probabilística e intencional. A coleta de dados deu-se por meio da elaboração de dois roteiros norteadores aplicados sob 17 artigos, das áreas de conhecimento do Serviço Social, Saúde Coletiva, Antropologia e Psicologia. A pesquisa possibilitou apreender a complexidade que se edifica sobre as situações de abuso sexual intrafamiliar e, o quão desafiador se faz para os/as pesquisadores/as construir conhecimento numa perspectiva crítica e de totalidade. As discussões tecidas ao longo deste trabalho evidenciaram que a violência estrutural atravessa a cotidianidade das relações familiares e juntamente com a pobreza, o sistema patriarcal e a naturalização da violência compelem a processos de dominação e relações desiguais de poder entre adulto e criança, desencadeando em abusos em suas mais diversas expressões. Assim, o abuso sexual intrafamiliar fora identificado nas produções analisadas, enquanto um fenômeno que é produzido socialmente e que encontra em crianças e adolescentes a susceptibilidade que concerne todo o rito de sedução, poder, subordinação e silêncio que são necessários para sua reprodução no interior das famílias.

Palavras-Chave: Abuso sexual intrafamiliar. Crianças e adolescentes. Relações sociofamiliares.

## **ABSTRACT**

The present Social Service course's conclusion work intends to reveal the way that intrafamily sexual abuse impacts on the family relations. Therefore, four main goals were worked out: to determinate the occurrence of the intrafamily sexual abuse; to understand how the abuses happen inside family relations; to analyze how the intrafamily sexual abuse is seized by the family and to understand the family dynamics after the disclosure of the abuse. The method chosen to accomplish this research was the dialectical-critical and three categories: historicity, totality and contradiction. The research was accomplished by a qualitative character, through the bibliographic study with non probabilistic and intentional sampling. The data collect was made by elaboration of two main scripts applied on seventeen articles, of the areas of knowledge of social services, collective health, anthropology and psychology. The research made it possible to apprehend the complexity that is built on situations of intrafamily sexual abuse and how challenging it is for researchers to construct knowledge in a critical and total perspective. The discussions made throughout this work showed that structural violence crosses the daily life of family relationships and together with poverty, the patriarchal system and the naturalization of violence compel processes of domination and unequal power relations between adult and child, triggering in abuses in its most diverse expressions. Thus, intrafamily sexual abuse was identified in the analyzed productions, as a phenomenon that is socially produced and that finds in children and adolescents the susceptibility that concerns all the rite of seduction, power, subordination and silence that are necessary for their reproduction within the families.

**Keywords:** Intrafamily sexual abuse. Children and adolescents. Social and family relations.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Classificação das manifestações da violência	35
Figura 2 – Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	45
Figura 3 – Gráfico de denúncias de abuso sexual infantil	47
Figura 4 – Organograma das famílias abusivas	61
Figura 5 – Características do abuso sexual	64



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil - mãe da vítima (dependência financeira)	50
Gráfico 2 – Perfil da vítima - classe econômica	50
Gráfico 3 – Perfil da vítima - sexo	52
Gráfico 4 – Características do abuso: Trauma em segredo	55
Gráfico 5 – Características do abuso: Uso de ameaças	58
Gráfico 6 – Características do abuso: Uso de sedução	59
Gráfico 7 – Perfil - Mãe da vítima (Trauma na infância)	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra da Pesquisa Bibliográfica	28
Quadro 2 – Universo e Amostra da Pesquisa	31
Quadro 3 – Dados do disque 100 de 2017	46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMDICA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

CT – Conselho Tutelar.

ECA – Estatuto da Criança do Adolescente.

MP – Ministério Público

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG – Organização Não-Governamental

S/p – Sem página.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online / “Biblioteca Eletrônica Científica Online”.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNICEF – United Nations Children’s Fund / “Funda das Nações Unidas para a infância”.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
2.1	Método para Análise da Realidade.....	18
2.2	Categorias Explicativas da Realidade.....	22
2.3	Tipo de Pesquisa.....	25
2.4	O Processo da Pesquisa.....	26
2.5	Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados.....	27
2.6	Universo e Amostra.....	28
2.7	Análise de Dados.....	31
2.8	Procedimentos Éticos e Socialização de Dados.....	32
<b>3</b>	<b>EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM DEBATE CONCEITUAL.....</b>	<b>34</b>
3.1	Caracterizando a violência.....	35
3.2	A Violência Contra Criança e Adolescentes no cenário brasileiro.....	41
<b>4</b>	<b>AS DIMENSÕES DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR.....</b>	<b>49</b>
4.1	Características das Famílias.....	49
4.2	Infância protegida (?).....	54
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
	REFERÊNCIAS.....	68
	APÊNDICE A - Roteiro de Análise Bibliográfica I.....	75
	APÊNDICE B - Roteiro de Análise Bibliográfica II.....	76

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, intitulado *No Labirinto Do Abuso Sexual Intrafamiliar: Entre Seduções, Ameaças e Segredos*, possui como objetivo desvendar de que forma o acometimento do abuso sexual intrafamiliar impacta nas relações sociofamiliares.

Essa pesquisa foi pensada com base em questionamentos preliminares que surgiram a partir de uma disciplina complementar de graduação, intitulada Violência sexual contra crianças e adolescentes e aprofundados criticamente nas orientações de TCC I e II. Durante esse processo de conhecimento acerca das teorias que permeiam a violência sexual contra crianças e adolescentes, surgiu uma necessidade inquietante de entender de que forma o abuso sexual incestuoso repercute nas relações sociofamiliares.

[...] Ao expormos muitas questões relacionadas a crianças que sofrem violência, percebemos que nossos esforços fazem parte de uma luta mundial maior pela garantia dos direitos humanos. Nosso apelo não é no sentido de termos um tratamento especial. Queremos apenas ser tratados de acordo com os valores fundamentais da dignidade humana, que representam a pedra angular da Declaração [Universal dos Direitos Humanos]. Como cidadãos globais queremos ser reconhecidos como cidadãos de primeira classe, e não de segunda. (DECLARAÇÃO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE DO CARIBE, 2001, s/p).

Considerando o caráter universal do abuso sexual contra crianças e adolescentes, é possível afirmar que os crimes sexuais “são uma violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade para acontecer” (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 245). Partindo dessa premissa, este trabalho possui expressiva relevância, tendo em vista que esta violação encontra-se em muitos lares brasileiros.

Nesse sentido, buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica entender como se reconfigura a família após a revelação do abuso sexual, enquanto estratégia teórica afim de contribuir para a edificação de ações mais eficazes (resultados) e efetivas (consolidação dos resultados positivos) das políticas públicas sob o direcionamento de propostas não revitimizantes de atendimento.

O presente trabalho encontra-se está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo (introdução) tem por objetivo elucidar sobre o problema de pesquisa. A partir do problema central da pesquisa, foram elaborados quatro objetivos específicos, que buscaram responder a problemática central da pesquisa. Foram eles: *Determinar a incidência da prática de abuso sexual intrafamiliar; Entender de que forma os abusos se dão dentro das relações familiares; Analisar a forma de como é apreendido pela família o abuso sexual intrafamiliar e Entender a dinâmica familiar pós-descoberta do abuso sexual intrafamiliar.*

O segundo capítulo traz o processo metodológico da pesquisa, o método escolhido para realizar esta pesquisa foi o dialético-crítico e três categorias: historicidade, totalidade e contradição. Este método foi escolhido por ser o que mais se aproxima da realidade, levando-se em consideração que essa está sempre em mudança, nunca estática.

A pesquisa deu-se por caráter qualitativo, com uso de estudos bibliográficos com amostragem não probabilística e intencional. A coleta de dados sucedeu por meio da elaboração de dois roteiros norteadores aplicados sob 17 artigos, das áreas de conhecimento do Serviço Social, Saúde Coletiva, Antropologia e Psicologia.

O terceiro capítulo, intitulado “Expressões da violência contra crianças e adolescentes: Um debate conceitual”, discorre sobre os conceitos de violência a começar pela tipologia, entendendo a violência como um fenômeno social com multifacetadas e complexidades. No segundo subitem, traz-se sobre as principais expressões da violência que permeiam o cotidiano das crianças e adolescentes brasileiras, enfatizando, a violência sexual, especificamente, o abuso sexual intrafamiliar.

O quarto capítulo, intitulado “As Múltiplas Determinações do Abuso Sexual Intrafamiliar: Uma abordagem interdisciplinar”, discorre acerca de como se estabelece a dinâmica familiar a partir das situações de abuso sexual e pós-descoberta. O primeiro item deste capítulo buscou tecer algumas reflexões sobre as características e processos sociais que incidem nas famílias e de que forma influenciam para a presença de relações abusivas.

O segundo item reflete acerca de quatro categorias que emergiram no processo de análise de dados e que possibilitaram apreender aspectos importantes

que permeiam a ritualidade do abuso sexual intrafamiliar, que foram: *Uso de sedução, Uso de ameaças, Características de repetição e Trauma em Segredo.*

No último capítulo são tecidas as considerações finais em que realizou-se uma breve síntese dos achados da pesquisa e elaboradas proposições para o enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar.

## 2 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente capítulo abrange o processo metodológico da pesquisa, e a importância da pesquisa em Serviço Social. Traz a luz qual tipo de pesquisa foi realizado e as etapas da pesquisa acadêmica, elucidando de que forma será feita a socialização de dados e os devidos cuidados referente aos procedimentos éticos.

Nessa direção, entende-se por pesquisa:

O exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão (BOURGUIGNON, 2007 apud GATTI, 2002 p. 49).

Sabe-se que a pesquisa é um elemento muito importante em todas as áreas e segmentos da sociedade (MAURIEL, 2013). Pesquisar, no meio acadêmico, é uma forma de compreender e explicar fenômenos da realidade objetiva da vida cotidiana

A sistematização do saber, por meio da pesquisa, refere-se ao processo de intenso relacionamento entre sujeito e realidade social, em que o conhecimento é elaborado a partir desta relação, pois o conhecimento não é autônomo (LARA, 2013, p.228).

Através de uma indagação do/a pesquisador/a e sistematização de conhecimentos e experimentos, busca-se trazer para a academia um saber científico. Porém são nas áreas humanas e sociais que elas ganham um cunho de maior importância e relevância, justamente por não se tratar de lucro comercial e capital, mas o lucro enquanto sinônimo de vantagem para o ser humano, aquele que visa ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. O lucro que permite ao sujeito seus direitos (MAURIEL, 2013).

A pesquisa em Serviço Social é de extrema importância para o meio acadêmico e para a sociedade como um todo, tendo em vista que dá o suporte necessário para o aprimoramento e atualização de conteúdos para os processos teórico-metodológico e técnico-operativo do trabalho dos/das profissionais de serviço social.



Há que se considerar que as pesquisas em Serviço Social têm contribuído para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional, entre outros aspectos. (BOURGUIGNON, 2007, p.47).

Adotando uma perspectiva de pesquisa mais interventiva, a contribuição para a categoria profissional é maior: “a pesquisa tem sido privilegiada, em alguns contextos, no âmbito da profissão, estimulando a atitude investigativa na postura e no exercício profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 48).

Sem a pesquisa seria quase impossível para o/a profissional de Serviço Social prestar seus serviços com qualidade. É através dela que se tem acesso aos dados históricos, políticos e os dados sociais. São as pesquisas que permeiam o planejamento das ações voltadas às áreas humanas e políticas sociais que desejam promover o crescimento da igualdade entre os povos (MAURIEL, 2013).

É através da pesquisa, dos dados históricos, que o/a profissional de Serviço Social poderá entender, compreender e assimilar as vivências atuais e suas ligações com o passado, da forma em que se deram as mudanças, quais lutas foram necessárias para que os fatos vividos hoje tenham acontecido (MAURIEL, 2013).

Dessa forma, tendo acesso às pesquisas já realizadas e suas próprias produções, terá o/a Assistente Social entrado em contato com a realidade atual que o permeia (MAURIEL, 2013).

Essa pesquisa foi pensada com base em questionamentos que surgiram a partir de uma disciplina complementar de graduação, intitulada “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, onde foi possível observar quantitativamente o grande número de abusos sexuais incestuosos que ocorrem dentro dos lares brasileiros.

A partir das sucessivas orientações do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II, fora possível aprofundar e qualificar as discussões, surgindo a necessidade de entender de que forma o abuso sexual intrafamiliar impacta nas

relações sociofamiliares. Com esse problema de pesquisa, foram pensadas quatro questões norteadoras que são abordadas ao longo deste capítulo.

## **2.1 Método para Análise da Realidade**

O método utilizado foi o método dialético-crítico de Marx. Segundo Gil (2008, p.14) “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” Este método foi adotado pelo Serviço Social durante o Movimento de Reconceituação da categoria, onde rompeu com o conservadorismo que esteve presente desde os primórdios da profissão no Brasil. Bourguignon (2007, p.48) aponta que:

Em sua trajetória histórica, a profissão, ao construir e reconstruir um legado teórico, estabelece diálogo crítico com outras áreas do conhecimento, sendo importante interlocutora no campo das reflexões sobre a questão social e seu enfrentamento através da política pública.

O Serviço Social Tradicional surge enquanto estratégia de ajustamento social da classe trabalhadora pela classe dominante, tendo na execução das políticas sociais seu campo privilegiado de atuação profissional e fiscalização das famílias.

É importante lembrar que as intervenções do Serviço Social sob o prisma conservador junto as expressões da questão social buscavam a moralização e culpabilização dos sujeitos pela sua própria condição de vida e pelas mazelas sofridas cotidianamente. Essa realidade socioprofissional muda com o Movimento de Reconceituação e a introdução da teoria marxista, trazendo para a academia matrizes teóricas críticas, consubstanciando uma revisão visceral na profissão (NETTO, 2005).

Com isso, o Serviço Social teve como obrigação mudar seu método teórico-metodológico, saindo do assistencialismo e partindo para uma organização de categoria profissional e na formação acadêmica, construindo assim, uma nova

perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no trato com a realidade (NETTO, 2005).

A pesquisa dentro do método dialético-crítico é sempre um movimento do real para o abstrato, pois esse método pretende analisar a essência do objeto estudado em não se contentar apenas com a aparência que já está dada, como Netto (2011, p.25) explica:

Voltemos à concepção marxiana de teoria: a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação.

O método dialético-crítico foi escolhido pelo Serviço Social por ser o que melhor se aproxima da realidade concreta e onde parte-se do abstrato para chegar no concreto. A teoria é usada como uma modalidade do conhecimento, onde o conhecimento teórico significa descrever o objeto tal como ele é, sendo fiel a sua reprodução. O objeto de pesquisa tem existência objetiva, não sendo necessária a pesquisa científica para ele existir. Já existe por si mesmo, e o pesquisador/a busca a essência desse objeto (NETTO, 2005).

Assim, a atuação profissional parte de uma teoria social crítica, em que as demandas são trabalhadas de acordo com a vivência de cada sujeito, entendendo suas subjetividades, singularidades, visando ultrapassar intervenções imediatistas fragmentadas e valorativas.

A **historicidade** é importante para a pesquisa, pois somente através do conhecimento da história de vida do sujeito e de sua relação com o meio onde vive, se obtém um resultado compreensivo de quem é o sujeito histórico-social que está sendo investigado “pela historicidade, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade” (KOSIK, 1976, p. 42).

Utilizando a categoria historicidade nesta pesquisa, pode-se compreender

melhor de que forma o abuso sexual incestuoso perdurou nos diferentes tipos de sociedades, e como continua sendo praticado na sociedade capitalista, que existe e se mantém pelos diversos tipos de exploração, o que culmina nos diversos tipos de violência, incluindo a violência sexual.

A historicidade reconhece o movimento e a provisoriade dos fenômenos é um elemento de análise de intervenção fundamental, as questões políticas, econômicas e culturais evidenciam a história que é construída, cabe ao pesquisador ter uma análise crítica da prática escolhida pelo sujeito mediante a sua história (CURY, 1989, p. 46).

O sujeito, sendo histórico-social, é analisado a partir do contexto da época que vive, a influência das regras e normas da sociedade, que está sempre em movimento e transformações.

A categoria **contradição** auxilia “na mediação entre o possível e sua realização” (CURY, 1989, p.31), pois ao se usar da contradição, negamos a aparência dada do objeto, buscando sua essência.

A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade[...] A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obrigada à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior (CURY, 1989, p. 30).

Na negação da realidade que é apresentada, torna-se possível apreender as diversas contradições que permeiam o cotidiano familiar e que permitem o ocultamento dos abusos sexuais no seu interior por meio da sacralização da família.

O mundo das relações não só se desenvolve, como também é um todo dialético, em que fenômenos não se desenvolvem isoladamente, mas em ligação com outros fenômenos. O que coloca a questão do movimento provocado de fora. As causas externas são a condição das modificações e as causas internas são a base dessas modificações (CURY, 1989, p.31).

A contradição mostra que por mais que o discurso da maior parte da sociedade seja de que a família é protetiva para a criança, temos diariamente notícias mostrando o oposto disso, que é trabalhado de uma forma sensacionalista pela mídia. Os conceitos de família são múltiplos e amplos, já que a mesma é “uma

complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante” (BRUSCHINI, 2009, p.85).

Kosik (2002, p.44), explica o que é a categoria **totalidade**, usada no método dialético:

[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético.

Utilizando a categoria Totalidade, é possível compreender melhor o universo do que está sendo pesquisado, sabendo que não existe “uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações” (CURY, 1989, p. 35). A totalidade é um todo articulado e conectado, não se trata de algo estático, mas sim de algo que está em constante movimento. Para Cury (1989, p. 35):

[...] a totalidade sem contradições é vazia e inerte, exatamente porque a riqueza do real, isto é, sua contraditoriedade, é escamoteada para só se levarem em conta aqueles fatos que se enquadram dentro dos princípios estipulados *a priori*.

Analisar o todo de um fenômeno, não significa chegar em uma conclusão definitiva, pois o real, os fenômenos, estão em constante mudança/movimento, entendendo que “a totalidade, então, só é apreensível através das partes e das relações entre elas” (CURY, 1989, p.36).

O abuso sexual intrafamiliar não pode ser analisado como um fato isolado e unicausal, ou seja, seu processo de produção é multideterminado, assumindo diversas facetas em suas manifestações concretas no cotidiano de vida das crianças e adolescentes.

Buscar a totalidade do fenômeno, é considerar as múltiplas determinações que envolvem essa expressão da questão social, mas também apreender as mediações que se apresentam entre os processos sociais e os processos particularidades que materializam-se em situações de violência intrafamiliar e desamparo social dessas famílias, e, sobretudo das crianças e adolescentes sexualmente vitimizados.

## 2.2 Categorias Explicativas da Realidade

As categorias explicativas da realidade são “conceitos relevantes e carregados de sentido que permitem expressar os aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza” (MINAYO, 2007, p.178). Para este trabalho foram elegidas as categorias: **Família, gênero, abuso sexual intrafamiliar.**

Partindo da etimologia da palavra, **Família** vem do latim *FAMILIA*, que deriva de *FAMULUS* ou *FAMULI*, que significa grupo doméstico, incluindo servos e escravos. Foi a partir da Revolução Industrial que o conceito ampliou-se, surgindo as concepções atuais de família, que foi adotada e posta como apropriada pela Igreja Católica. Durante o século XIX, foi instituído o conceito de propriedade privada, tornando a **família** parte da dimensão privada, considerando a necessidade de herança e perpetuação do privado no núcleo, agora transformado em propriedade do sistema patriarcal.

A comparação das crenças e das leis mostra que a família grega e romana foi constituída por uma religião primitiva, que igualmente estabeleceu o casamento e a autoridade paterna, fixando as linhas de parentesco, consagrando o direito de propriedade e de sucessão. Essa mesma religião, depois de estabelecer e formar a família, instituiu uma associação maior, a cidade, e predominou sobre ela como o fazia na família. Dela se originaram todas as instituições, como todo o direito privado dos antigos. Da religião a cidade tirou seus princípios, regras, costumes e magistraturas. Mas com o tempo essas velhas crenças foram modificadas, ou desapareceram por completo, e o direito privado e as instituições sofreram idêntica evolução. Surgiu então uma série de revoluções, e as transformações sociais acompanharam regularmente as transformações da inteligência (COULANGES, 2004, p. 4).

Realizando um salto qualitativo e temporal nos processos transformatórios da família, sinaliza-se a década de 1960 sob a influência do movimento feminista, que impulsionou significativas mudanças na concepção tradicional de família ao disseminar a pílula anticoncepcional feminina.

Desse modo, pode ter algum controle sobre sua sexualidade e fazer prevalecer sua vontade de ter ou não filhos, não mais ficando refém da imposição da sociedade. Com a chegada da pílula anticoncepcional houve uma pequena mudança nas relações sociofamiliares. “Desde então, começou a se introduzir no universo

naturalizado da família a dimensão da ‘escolha’” (SARTI, 2002, p.22).

No Brasil, foi somente a partir dos anos de 1980, que a questão “família” ganha destaque, com a Constituição Federal de 1988 e, mais tarde a ênfase da legislação se volta para o bem estar e cuidados da criança e do adolescente, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990:

Ambas as medidas foram um golpe, de uma extensão desconhecida até então, desferido contra o pátrio poder. O ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera “a convivência familiar” como um “direito” básico dessa criança. É importante destacar esse aspecto por contribuir para a “desidealização” do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres, definidas como desestruturadas, “incapazes de dar continência a seus filhos”, sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres (SARTI, 2002, p.24-25).

As famílias, atualmente, não estão mais enredadas somente ao núcleo biológico, “mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos” (SARTI, 2001, p. 21). Uma das formas de definir família, nos dias atuais, de acordo com Sarti (2002, p.26-27) é entender que:

Família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem.

Pode-se, então, ser compreender que cada família constrói seus símbolos, sua cultura própria dentro do seu núcleo, sendo uma necessariamente diferente da outra e não sendo obrigatório a ligação por laços sanguíneos. Dentro das relações familiares, a questão de **gênero** está fortemente ligada aos papéis desempenhados pelos sujeitos sociais dentro do núcleo familiar, no momento que falamos sobre marido e esposa, homem e mulher, provedor e cuidadora:

Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. O homem corporifica a ideia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar (SARTI, 2002, p.28).

Para a mulher mostrar seu valor nessa sociedade patriarcal e desigual na questão de gênero, ela precisa mostrar seu lado calmo, acolhedor e materno. Medina (1991, p.15) afirma em seus estudos que o modelo tradicional de casamento é considerado uma instituição importante, onde através das etapas de namoro até a lua de mel a mulher tinha sua “verificação concreta [...] para ser mulher e esposa”.

A mulher precisa mostrar-se em papéis de submissão perante o homem para a sociedade, sempre reforçando o estereótipo de boa esposa, que cuida bem do seu marido e mantém seu papel submisso.

A vulnerabilidade da família pobre ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas. Dada a configuração das relações de gênero, o homem se sente *fracassado*, e a mulher vê rolar por água abaixo suas chances de *ter alguma coisa* através do casamento. Se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem - o que a enfraquece em face deste mundo, que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenças de gênero - o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor tornando-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, expostas à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve (SARTI, 2002, p.29).

Com esses papéis já postos pela sociedade, do que é ser mulher e do que é ser homem, tem-se, na sociedade do século XXI um debate sobre esses e sua desconstrução, enquanto estratégia para o enfrentamento das diversas violências que assolam o núcleo familiar.

O homem-pai, macho alfa da casa, em certas circunstâncias, acredita que a filha é sua propriedade, portanto tem “direito” de cometer **abuso sexual intrafamiliar**. Segundo Moreschi (2018, p. 42), o abuso sexual intrafamiliar é circunscrito pelas:



[...] violências que ocorrem no âmbito do afeto, ou seja, na família, no círculo de amizades, nas escolas, abrigos, igrejas, nos espaços ou ambientes conhecidos como de proteção da criança. Ocorre em todas as classes sociais, mas muitas vezes permanece invisível em função dos pactos de silêncio. Estes pactos são arranjos familiares e de grupo que visam acomodar papéis, de forma que alguns se submetem a outros, numa hierarquia geralmente de poder, a exemplo da autoridade de pais sobre os filhos.

Resultado de uma pesquisa feita por Saffioti, pela Fundação Perseu Abramo, intitulada A mulher brasileira nos espaços públicos e privado apresenta bem essa afirmação: “Não é raro ouvir destes pais: ‘Dona, eu pus esta menina no mundo, eu criei ela, ela é minha’” (SAFFIOTI, 2015, p. 24), evidenciando dessa forma a que os valores machistas contribuam para que o abuso sexual intrafamiliar seja um fenômeno presente em famílias rigidamente organizadas.

### **2.3 Tipo de Pesquisa**

A presente pesquisa teve enfoque qualitativo, onde “nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21). Com este tipo de pesquisa observa-se um melhor adensamento acerca do tema central da pesquisa e suas categorias explicativas.

Minayo (2007) elucida os três passos para realizar uma pesquisa qualitativa: fase exploratória, trabalho de campo e tratamento empírico e documental. A primeira fase incide na elaboração do projeto de pesquisa e dos procedimentos necessários para organizar a entrada em campo. A segunda fase diz respeito em levar para a prática empírica a construção teórica organizada na primeira etapa. E por fim, a terceira fase compreende o conjunto de procedimentos para valorizar, apreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto, ou seja, realizar leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade emergiu do trabalho de campo.

Esta pesquisa, então, se deu de forma qualitativa buscando apreender “um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2007, p. 6-7).

## 2.4 O Processo da Pesquisa

O processo investigativo iniciou-se com a construção do problema de pesquisa, que consiste no grande questionamento que embasa todas as pesquisas científicas. Nesse sentido, após diversas leituras na bibliografia nacional e reflexões nas orientações, foi possível traçar o seguinte problema de pesquisa “*De que forma o abuso sexual impacta nas relações sociofamiliares?*”. Enquanto, estratégia metodológica para solução do problema de pesquisa, foram elaboradas questões secundárias, apreendidas como questões orientadoras, que dividiram dialeticamente em 04:

- **Questão Norteadora 1:** Quais são determinações que incidem para o acometimento do abuso sexual intrafamiliar?;
- **Questão Norteadora 2:** Como se expressam as relações abusivas no âmbito familiar?;
- **Questão Norteadora 3:** Como as famílias apreendem o acometimento do abuso sexual intrafamiliar no interior de suas relações?;
- **Questão Norteadora 4:** De que forma a dinâmica familiar se constitui após a descoberta do abuso sexual intrafamiliar?;

A partir desse movimento de constituição dos questionamentos que orientaram a pesquisa, fora possível constituir o objetivo geral da pesquisa que consistiu em “Compreender de que forma o abuso sexual intrafamiliar afeta as relações familiares do sujeitos envolvidos, com vistas a desnudar os complexos processos que envolvem a produção dessa violência.

Buscando construir meios para o alcance do objetivo geral, foram elaborados objetivos investigativo-operacionais, entendidos como específicos e organizados em 04 que foram os seguintes:

- Determinar o fator de incidência da prática de abuso sexual intrafamiliar;
- Entender de que forma os abusos se dão dentro das relações familiares;

- Analisar a forma de como é apreendido pela família o abuso sexual intrafamiliar;
- Entender a dinâmica familiar pós-descoberta do abuso sexual intrafamiliar;

A partir desse processo investigativo, com a ajuda dos roteiros bibliográficos que foram traçados, iniciou-se a coleta de dados.

## **2.5 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados**

O procedimento metodológico que possibilitou a coleta de dados, fora a pesquisa bibliográfica, entendida como “uma forma de oferecer meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971, p. 32)

Esta pesquisa construída por meio da técnica de pesquisa bibliográfica, utilizou dois roteiros de leituras, onde todas as publicações elencadas pelo pesquisador foram submetidas. De acordo com Salvador (1986 apud Mito 2007 p.41), fases da pesquisa bibliográfica são: a) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico, b) Leitura exploratória, c) Leitura seletiva, d) Leitura reflexiva ou crítica e e) Leitura interpretativa.

O segundo roteiro de leituras sugerido por Mito (2007 p. 42) possui três passos: a) Identificação da obra, onde são apontados os principais dados referenciais do artigo: título, área do conhecimento e plataforma de acesso. b) Caracterização: autor(a) e ano de publicação, assim como as palavras-chaves utilizadas para pesquisar o artigo nas plataformas digitais e c) Contribuições da obra para o estudo: Reflexões a partir da leituras do material separado.

No processo investigativo identificou-se a falta de bibliografia referente ao tema, uma vez que a grande maioria das produções não considera a complexidade da presença do abuso sexual e os reais impactos nas relações sociofamiliares, essencialmente, no que se refere a sua influência sobre os membros e as estratégias construídas no interior da família para sua superação.

## 2.6 Universo e Amostra

Para essa pesquisa, utilizou-se da amostragem não-probabilística do tipo intencional. Classifica-se como não-probabilística por não envolver fórmulas matemáticas, “dependendo unicamente do critério do pesquisador” (GIL, 2008, p. 91). A amostragem intencional, “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, passa a ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008, p. 94 ).

Diante disso, foram usadas as plataformas digitais da Scielo e o Google Acadêmico, as áreas de conhecimento selecionadas foram: Serviço Social, Psicologia, Saúde Coletiva e Antropologia, com parâmetro temporal correspondente aos anos de 2009 a 2018, como pode ser observado no quadro 1:

**Quadro 1:** Amostra da Pesquisa Bibliográfica

Artigo	Título do Artigo	Ano	Autor (a)	Palavra-chave	Plataforma de Acesso	Área de Conhecimento
1 <sup>1</sup>	Abuso Sexual Intrafamiliar: As mães diante da vitimação das filhas	2012	Joana Lima Azevedo; Maria de Fátima Pereira Alberto	Abuso Sexual Intrafamiliar	Google Acadêmico	Psicologia
2	O Processo de Revelação do Abuso Sexual na Percepção das Mães	2013	Samara Silva dos Santos; Débora Dalbosco Dell'Aglio	Abuso Sexual	Google Acadêmico	Psicologia
3	Violência Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes: Do Espaço Privado à Cena Pública	2012	Maria Ignez Costa Moreira; Sônia Margarida Gomes Sousa	Violência Intrafamiliar	Google Acadêmico	Psicologia

<sup>1</sup> No decorrer do trabalho os artigos da amostra foram numerados para melhor compreensão.

4	Bem-estar Subjetivo em Famílias com Histórico de Abuso Sexual Intrafamiliar	2013	Ana Maria Franchi Pincolini; Claudio Simon Hutz	Abuso Sexual	SciELO	Psicologia
5	Abusadores Sexuais Adultos e Adolescentes no Sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais	2014	Ana Maria Franchi Pincolini; Cláudio Simon Hutz	Abuso Sexual	Google Acadêmico	Serviço Social
6	Caracterização da Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Negação, Retratação e Fatores Associados	2013	Pedro Augusto Dias Baía et al.	Abuso Sexual	Google Acadêmico	Psicologia
7	O Olhar das Mães sobre acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar sofrido por suas filhas	2015	Joana Azevedo Lima; Maria de Fátima Pereira Alberto	Abuso Sexual Intrafamiliar	SciELO	Psicologia
8	As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar	2010	Joana Azevedo Lima; Maria de Fátima Pereira Alberto	Abuso Sexual	SciELO	Psicologia
9	Evitação e proibição do incesto: fatores psicobiológicos e culturais	2017	Francisco Wilson Nogueira Holanda Júnior	Incesto	SciELO	Psicologia
10	A menina mãe: Incesto e Maternidade	2011	Claudia Aparecida Cantelmo; Thainá Passos Calvacant; Liana Fortunato Costa	Incesto; Abuso Sexual	SciELO	Psicologia
11	Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na	2017	Rosely Cardoso Maia et al.	Violência Intrafamiliar	SciELO	Psicologia

	Juventude Paraense					
12	Mulheres que Denunciam Violência Sexual Intrafamiliar	2014	Luíza Barros Santoucy et al.;	Violência Sexual Intrafamiliar	SciELO	Saúde Coletiva
13	Sistema de Justiça e a vitimização secundária de crianças ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar	2014	TEIXEIRA, Eliana Mendes de Souza et al.;	Violência Sexual Intrafamiliar	SciELO	Saúde da Família
14	Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar	2016	Joana Azevêdo Lima; Maria de Fátima Pereira Alberto	Abuso Sexual	SciELO	Psicologia
15	Violência intrafamiliar: a experiência dos profissionais de saúde nas Unidades de Saúde da Família de São Joaquim do Monte, Pernambuco	2012	Marluce Tavares de Oliveira et al.;	Violência Sexual Intrafamiliar	SciELO	Saúde da Família
16	As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes	2015	Bruno Ricardo Bérnago Florentino	Abuso Sexual	SciELO	Psicologia
17	"Foi normal, não foi forçado!" versus "Fui abusada sexualmente": uma interpretação dos discursos de agressores sexuais, das suas vítimas e de testemunhas	2012	José Gonçalo Pais Estrela da Silveira Zúquete; Ceci Vilar Noronha	Abuso Sexual	SciELO	Saúde Coletiva

Fonte: Sistematização da autora, 2019.

Dentro de cada área de conhecimento foram utilizados os seguintes descritores: Abuso Sexual Intrafamiliar, Violência Sexual Intrafamiliar, Abuso sexual contra crianças e adolescentes, famílias abusivas ou não protetoras.

No início desta pesquisa foram separados 26 artigos, porém com uma leitura mais detalhada conclui-se que somente os 17 artigos, presentes no quadro 1, possuíam um debate satisfatório para esta pesquisa:

**Quadro 2:** Universo e Amostra da pesquisa

SciELO	Google Acadêmico
11 artigos encontrados com palavras-chave	06 artigos encontrados com palavras-chave
Áreas de conhecimento com mais resultados: Psicologia e Saúde Coletiva.	Área de conhecimento com mais resultados: Psicologia Social e Saúde Coletiva.
Artigos datados de 2009 a 2018.	Artigos selecionados do ano de 2011 a 2018.

**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

## 2.7 Análise de Dados

Para análise de dados optou-se pela análise de conteúdo a partir das elaborações de Lawrence Bardin. Para Bardin (1979, p.42), a análise de conteúdo se constitui como um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo foi utilizada nesta pesquisa por ser entendida como uma forma de melhor apreender o conteúdo selecionado, trazendo um significado

maior quando aplicada em conjunto com o roteiro de leituras. O roteiro de leitura e análise de conteúdo guiaram toda a pesquisa, na intenção de sempre enxergar para além do que está posto, tido como certeza no senso comum. A busca incide sempre pela totalidade do fenômeno a ser pesquisado.

A análise de conteúdo será dividida em três partes, conforme Bardin (1979) elucida. São elas: Pré-Análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados e Interpretação dos Dados. Gil (2007, p. 165) clarifica as três etapas:

A pré-análise é a de organização. Inicia-se primeiramente com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e à preparação do material para a análise. [...] A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. [...] O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim objetivam tornar os dados válidos e significativos.

Sobre as duas primeiras etapas, Bardin (1979) explica que durante a Pré-Análise se estabelece os preceitos linguísticos que serão utilizados na pesquisa de acordo com o contexto. Essa etapa visa a separação do material que será utilizado na pesquisa. Na Exploração do Material, acontece a leitura da coleta de dados e classificação da mesma em uma ou mais categorias teóricas. A última etapa, Tratamento dos Resultados e Interpretação dos Dados é o componente onde se verifica e qualifica os resultados pertinentes que surgiram no decorrer da pesquisa, mediando com as categorias teóricas e assim, fundamentando a pesquisa.

## **2.8 Procedimentos Éticos e Socialização de Dados**

Esta pesquisa manteve-se fidedigna às fontes buscadas, não cometendo plágio e não manipulando informações e resultados. O conhecimento produzido pela pesquisa científica precisa ser disseminado visando não somente a apreensão da realidade, mas sobretudo a construção de alternativas de enfrentamento aos dilemas que afligem a sociabilidade humana.



A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos que são, também, capazes de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas (BOURGUIGNON, 2008, p.305).

Nessa direção, a produção do conhecimento científico não deve-se ficar somente no cumprimento da formalidade do trabalho acadêmico, mas constituir-se numa produção que agregue valor à sociedade, possibilitando a construção de subsídios teóricos para o enfrentamento ao abuso sexual. Assim, o trabalho será publicado em forma de resumo em eventos que tenham relação com o tema e a área de conhecimento. O trabalho estará disponível na biblioteca da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) em formato *Portable Document Format* (pdf) e também na versão online sendo entregue cópias digitais ao Conselho Tutelar (CT), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDICA). Além disso, a apresentação do TCC é uma importante forma de divulgação dos dados da pesquisa.

### **3 EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM DEBATE CONCEITUAL**

O presente capítulo possui a intencionalidade de discorrer acerca das expressões de violência que assolam cotidianamente milhares de crianças e adolescentes no Brasil. Nesse sentido, as reflexões tecidas neste capítulo propõem-se a descortinar essa perversa realidade, ainda fortemente silenciada na sociedade brasileira, em que a tônica da naturalização e descredibilidade da fala das crianças e adolescentes prepondera, enquanto, estratégia para o ocultamento das violações dos direitos da infância e adolescência.

Segundo a Fundação Abrinq, no seu documento Cenário da Infância e Adolescência no Brasil (2018), “aproximadamente 55 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil, sendo que 18 milhões encontram-se em situação de extrema pobreza”. Dados da UNICEF (2016-2019) evidenciam o aumento do número de assassinatos de adolescentes no mundo, somente em 2015, 11.403 crianças e adolescentes, com idade entre 10 a 19 anos foram vítimas de homicídios.

Nesse tocante, o capítulo é oriundo das análises construídas a partir da pesquisa bibliográfica que tomou por amostragem 17 artigos de distintas áreas do conhecimento, possibilitando apreender a invólucra relação entre a violência estrutural e a violência interpessoal, aqui particularizada pela violência intrafamiliar de caráter sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

O capítulo fora dialeticamente dividido em dois tópicos de discussão: O primeiro consiste em uma abordagem conceitual da violência, buscando-se construir a base epistemológica dessa expressão da questão social, evidenciando a perspectiva teórica da pesquisa, que apreendeu a violência enquanto um fenômeno social, multideterminado, multifacetado, complexo e com raízes historicamente arraigadas na formação social brasileira.

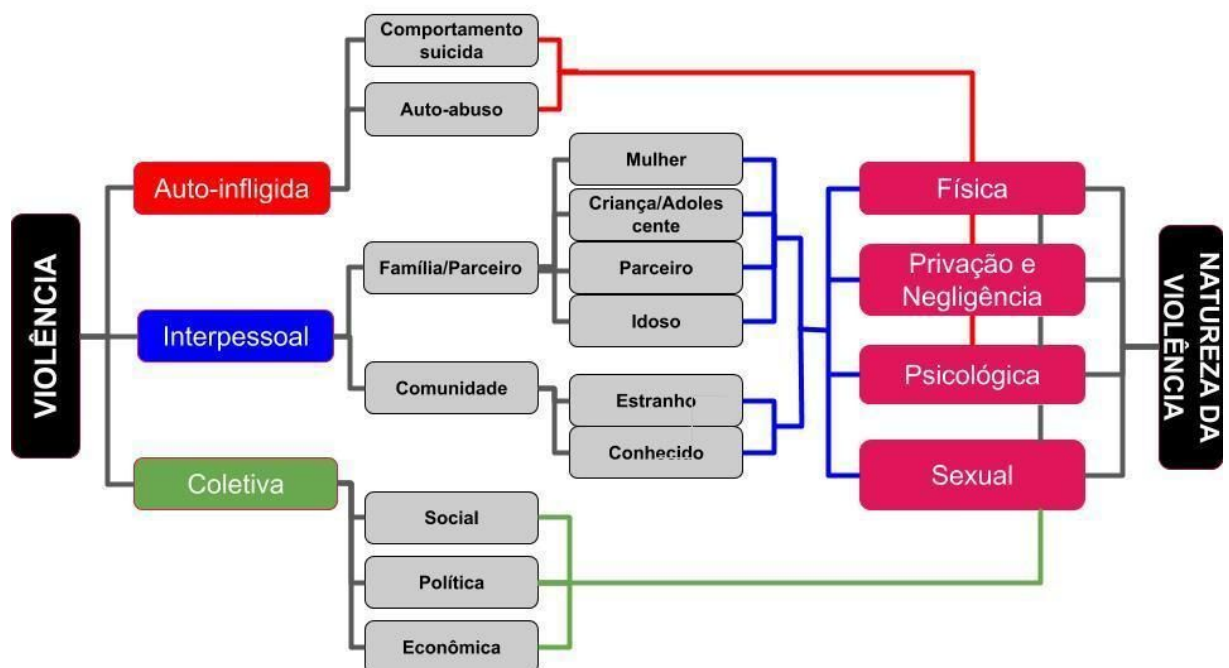
No segundo subitem, traz-se sobre as principais expressões da violência que permeiam o cotidiano das crianças e adolescentes brasileiras, enfatizando, a violência sexual por ser o objeto da presente pesquisa e por representar uma das expressões mais complexas e de maior desafio para o seu enfrentamento.

### 3.1 Caracterizando a violência

Este subtítulo visa abordar a violência e suas diversas formas de expressões, a partir da apreensão de vários documentos que trazem a abordagem desse tema, tão presente em todas as classes e em todas as relações sociais. Aborda-se, mesmo que de forma breve, as violências autoinfligida, coletiva e interpessoal em seus desdobramentos no cotidiano da sociedade.

Etimologicamente a “origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar” (PAVIANI, 2016, p.8). Ainda segundo Paviani (2016, p.11) o “conceito de violência é tão amplo que dificilmente as classificações abrangem todas as formas. Apesar disso, a tipologia da violência pode ser útil para visualizar suas modalidades.” Com a leitura de documentos e sistematizações, elaborou-se a figura 1, como uma forma de síntese da tipologia das violências, como observa-se abaixo:

**Figura 1.** Classificação das manifestações da violência



**Fonte:** Adaptação da autora a partir das discussões contidas no relatório da OMS (2002), 2019.

Como pode ser visualizado na figura 1, a violência divide-se entre autoinfligida, interpessoal e coletiva, ramificando-se, ainda, em outras múltiplas formas. Nesse sentido, é possível afirmar que há diversas manifestações e, que é dirigida e produzida por distintos sujeitos. Por isso:

A violência, em suas diversas manifestações contemporâneas mais imediatamente visíveis (física, psicológica, simbólica, estrutural – ou a associação entre elas), possui uma existência real que impacta a vida de seres sociais sob dada historicidade. Sua objetivação não é uma abstração e supõe, necessariamente, para que seja violência, uma realização prática – mais ou menos visível, reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger ferir e impor interesses e vontades que se sustentam em desejos de indivíduos sociais, situados em uma dada existência que impõe os parâmetros por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem (SILVA, 2008, p.268).

A violência física, costumeiramente, é a mais facilmente reconhecida. No entanto, em meio às múltiplas facetas da violência, existem também sinais que não se restringem à agressão física, ou seja, que não deixam marcas visíveis no corpo dos sujeitos, mas expressam-se na sutileza do cotidiano com sinais imateriais que podem vir a destruir a humanidade, tanto dos sujeitos que sofrem, quanto dos que provocam a violência. Por essas e outras, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu relatório mundial sobre violência e saúde, apresenta uma concepção expandida, qual seja:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde associa intencionalidade com a prática do ato propriamente dito, independentemente do resultado produzido. Os incidentes não intencionais – tais como a maioria das lesões de trânsito e queimaduras acidentais – estão excluídos da definição (DALBERGH, KRUG, 2002, p.5).

Uma das formas de violência apresentada no documento da OMS (2002) é a violência autoinfligida, que caracteriza-se por ser autoprovocada e consiste na violência contra si mesmo, consideram-se pensamentos e ideias suicidas, bem como automutilação e o suicídio. Para Silva (2013, p. 87), as bases para a produção da violência autoinfligida encontram-se na própria sociedade, a partir do momento

que viramos escravos do capital, onde nossa humanização é retirada para que possamos produzir.

Refletindo por esse prisma, com sua subjetividade em míngua, o ser humano sobrevive apenas para produzir lucro, mercantilizando suas relações e objetificando-se nesse processo, em que diariamente é assaltado em seus sentimentos e percepções coletivas, sendo transmutado a uma vida de competição e egoísmo.

Outra expressão da violência é a coletiva, que subdivide-se em três: Social, política e econômica. A violência coletiva é entendida como “qualquer tipo de violência cometida por grupos de indivíduos ou por Estados” (KLEVENS, 2011, p.1).

Sendo assim, entende-se como violência coletiva toda forma de violência que viola os direitos humanos básicos dos cidadãos, cometida por entidades políticas e sociais. Pode-se tomar como exemplo, quando temos uma má gestão dos recursos públicos ou até mesmo um desvio do dinheiro que serviria para manter em funcionamento várias escolas e é utilizado para outros fins, trazendo direta ou indiretamente uma exclusão na educação das classes sociais de menor renda.

Tal situação observou-se na operação “Prato Feito” da Polícia Federal, onde prefeitos, funcionários e ex-funcionários do governo desviaram cerca de R\$ 1,6 bilhões de várias escolas municipais e estaduais do país<sup>2</sup>.

Para esta pesquisa, iremos abordar somente a violência interpessoal, que se manifesta em *violência intrafamiliar e doméstica*. A violência intrafamiliar é tida como relações de dominação e subordinação:

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. Nessas relações, pais e filhos, de diferentes gerações, estão em posições opostas e assimétricas. No campo das relações familiares geradoras da violência, é preciso também considerar a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Usualmente, são as mulheres que ocupam a posição subalterna nessas relações (MOREIRA; SOUZA, 2012, p. 17).

---

<sup>2</sup> De acordo com informações dos jornais A Gazeta do povo e Agência Brasil. Busca realizada em junho de 2019.

A violência intrafamiliar diz respeito, portanto, as relações consanguíneas ou não, que residem sobre o mesmo teto ou que possuam forte vínculo. Segundo o relatório da OMS, a violência interpessoal se divide em duas subcategorias:

Violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) - ou seja, violência que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa; Violência comunitária: violência que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), e que podem conhecer-se (conhecidos) ou não (estranhos), geralmente fora de casa. O primeiro grupo inclui formas de violência, tais como abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos. O segundo grupo inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos (DALBERGH; KRUG, 2002, p.6).

A violência não se caracteriza somente pelo uso da força. Existem também os aspectos morais e psicológicos, que muitas vezes estão intrínsecos com a violência física. Chauí (2000, p.432) reflete sobre a violência e suas coações:

Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

Com isso, infere-se que a violência psicológica e moral geralmente não se encontram distante da violência física, sendo na maior parte dos casos, precedentes que se repetem até chegar na violência física, principalmente se tratarmos acerca da violência de gênero. Buscando entender a historicidade da violência no Brasil, é possível compreender que:

Por mais pontual que possa parecer um ato violento, ele sempre será ideado, viabilizado e explicado sob determinadas condições sócio-históricas e, evidentemente, não poderá ficar circunscrito à esfera puramente individual-subjetiva (embora não prescindida dela), já que o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe. A violência, nas suas diversas expressões, é uma categoria que se realiza como complexo social, que pertence às relações humano-sociais (longe de qualquer paradigma biologista) e que carece, para seu enfrentamento, de reconstrução crítica apoiada na razão que se debruça sobre o mundo e, a partir dele, formula conceitos e propõe alternativas práticas (SILVA, 2008, p.268-269).

A violência, assim como todas as outras categorias apresentadas nesta pesquisa, possui uma historicidade, e que está sempre em movimento, como diria Marx (1996, p.50) é “a síntese de múltiplas determinações”, nunca parada de uma forma estagnada. Pelo contrário, a violência tem raízes profundas no contexto sócio-histórico do nosso país e que perpetuam até hoje.

O Brasil carrega consigo uma história colonial<sup>3</sup>, cujo desenvolvimento das forças produtivas que levou à consolidação do capitalismo no país deu-se por meio de uma série de pactos entre as elites (FERNANDES, 2005), forjando, assim, um Estado que nunca rompeu com seu passado colonial e, pelo contrário, apropriou-se das desigualdades para perpetuar no poder uma classe dominante cada vez mais complexa. Desse modo, a questão da violência, inevitavelmente, ancora-se neste processo de dominação - de uma classe sobre outra, mas cujas características dessa classe dominante envolvem também aspectos étnico-raciais, de gênero, culturais, etc. É o que denomina-se de violência estrutural. Em outras palavras:

As marcas históricas do capitalismo brasileiro de base oligárquica e formas de sociabilidade erigidas sob a escravidão, paternalismo e clientelismo presidem o processo histórico do desenvolvimento do país, conseqüentemente das expressões de violência (VIEIRA, 2015, p. 84).

A violência estrutural, historicamente determinada nas relações sociais brasileiras, possui relação direta com a questão social<sup>4</sup>, em que a produção de desigualdades classe, raça e gênero, assim como culturais e regionais, solidificam um terreno fértil para a persistente presença de relações de exploração e dominação. Por isso, apreende-se que:

---

<sup>3</sup> Leia mais em: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

<sup>4</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Ver mais em IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

A violência estrutural é formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas ações violentas (...). Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza (SILVA, 2005, p. 3-4).

A violência estrutural faz parte do modo de produção capitalista, onde atua diretamente na manutenção das desigualdades junto a um Estado omissivo de políticas públicas e sociais, sendo palco para a atuação das demais violências (SILVA, 2013). Ela está ligada à violência social, onde essas duas formas não se remetem à violência física diretamente, mas sim a um histórico que se perpetua, principalmente, nas periferias dos grandes centros urbanos e lugares mais isolados do país e onde existe pouca ação do Estado, sendo este tipo de violência histórico e naturalizado.

Há que se considerar que a violência contra criança e adolescente está baseada na relação de poder. Embora os adultos sejam socialmente responsáveis e autorizados a exercer o poder protetor sobre as crianças e adolescentes, ainda é recorrente o exercício de pedagogia de submissão de crianças e adolescentes ao poder autoritário, arbitrário e violento dos adultos nas famílias, escolas, igrejas, serviços de assistência e de ressocialização. Aliados a isso temos crenças e valores culturais na sociedade que são arbitrários (violência simbólica) e produzem preconceitos, tais como: A mulher é mais fraca que o homem; todo adolescente é revoltado; os pobres são preguiçosos; os negros são menos inteligentes que os brancos. Isso gera uma cultura da inferiorização de gênero, raça, classe social e de geração que se tornam naturais, inquestionáveis e mesmo invisíveis no dia-a-dia. Portanto, temos uma violência estrutural que retrata as enormes desigualdades econômicas e sociais (classista, adultocêntrica, machista e racista), profundamente excludente e que afeta principalmente as crianças e adolescentes pobres, colocando-as em situação de vulnerabilidade e risco do seu processo de desenvolvimento (FALEIROS; FALEIROS, 2007, apud MORESCHI, 2018, p.36).

O direito de ter uma infância com necessidades básicas supridas, necessidades essas que estão garantidas pelo ECA, mostra-se extremamente ameaçado, ao passo de que as atuais políticas públicas do país não estão dando conta de garantir uma infância digna.



As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País. Por exemplo, 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças negras, por exemplo, têm quase 70% mais chance de viver na pobreza do que as brancas; o mesmo pode ser observado para as crianças que vivem em áreas rurais. Na região do Semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres. Essas iniquidades são o maior obstáculo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) por parte do País. (UNICEF, 2015, s/p).

Infere-se que as crianças e adolescentes pobres possuem uma maior susceptibilidade à violência<sup>5</sup>, com seus direitos violados devido à falta de acesso a serviços sociais essenciais, tornando-se mais vulneráveis para que novas formas de violência apresentem-se em seus cotidianos, podendo a violência sexual ser uma delas.

### **3.2 A Violência Contra Criança e Adolescentes no cenário brasileiro**

Sabe-se que há diferentes noções de infância e adolescência ao longo da história, porém, esta pesquisa concentra-se na sua categoria jurídica. No Brasil, a concepção jurídica de infância e adolescência passou por profundas mudanças, em especial, com a superação do Código de Menores de 1979 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado e promulgado em 13 de julho de 1990, Lei nº 8.069. Cabe destacar que, a partir da sua publicação, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, art. 2º, 1990).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, s/p.)

---

<sup>5</sup> Esse dado precisa ser lido com cuidado. Em primeiro lugar, porque os dados sobre a questão da violência, em geral, são produzidos apenas por denúncias que chegam aos mecanismos de notificação. Além disso, é importante ressaltar que as discussões sobre a relação entre pobreza e violência não seja vista unilateralmente, a fim de não entender a pobreza, enquanto, única determinação para a violência.

A criação do ECA foi de suma importância, pois sua promulgação trouxe definições do que é ser criança e adolescente e os deveres que a família, sociedade e Estado possuem para com essa parcela da população, que foi reconhecida como sujeitos de direitos. Isso quer dizer que suas necessidades básicas devem ser providas e seus direitos garantidos, a partir da política de proteção integral.

Anterior à criação do ECA, existia o Código de Menores (1927 e 1979), que baseavam-se no adultocentrismo e na exclusão social, pois crianças e adolescentes que não possuíam família, ou esta era considerada “desajustada”, eram enviados para internatos (VERONESE; SALEH, 2016). Existia um controle social para com esses “menores”, considerados perigosos e um risco a sociedade. Atualmente, crianças e adolescentes são:

[...] Sujeitos de Direitos ou seja, são pessoas que têm direitos garantidos pelas leis brasileiras, que devem ser respeitadas por todos. Pessoas em desenvolvimento ou seja, ainda não atingiram a maturidade de uma pessoa adulta, nem fisicamente e nem psicologicamente. Vale o mesmo para a sua sexualidade, que também não deve ser tratada como a sexualidade de uma pessoa adulta. Pessoas que precisam ser protegidas integralmente Ou seja, a proteção de crianças e adolescentes precisa ocorrer em todos os aspectos da sua vida. Não basta, por exemplo, garantir apenas a alimentação. É necessário garantir também a saúde, a educação, a segurança e todos os direitos (CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, [2005-2010], p.6).

A violência contra crianças e adolescentes se divide em quatro tipos<sup>6</sup>: a psicológica, física, negligência e a sexual, que serão explanadas na sequência deste item.

A violência psicológica ocorre em sua maioria em jogos de poderes e palavras, “ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade” (MINAYO, 2001, p.97).

A violência física é considerada com o uso da força física do adulto contra a criança e o adolescente, propositalmente, com o intuito de machucar. Para Faleiros (2008, p. 34),

---

<sup>6</sup> Estes tipos de violência estão diluídos ao longo do ECA, encontram-se sistematizados na Lei 13.431/2018, que dispõe sobre o atendimento e escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

[...] a violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte.

Portanto, classifica-se a violência física contra crianças e adolescentes como machucados propositais provocados por adultos, e que muitas vezes podem resultar em óbito (violência fatal). Em nossa atual sociedade, a violência física é muitas vezes utilizada como método de educação e “correção” da criança, apesar de já haver uma lei<sup>7</sup> que visa impedir essa ocorrência.

A negligência pode ser considerada desde a omissão com cuidados básicos até o total abandono da criança pelos responsáveis:

[...] representam uma omissão em relação às obrigações da família e da sociedade de proverem as necessidades físicas e emocionais de uma criança. Expressam-se na falta de alimentos, de vestimenta, de cuidados escolares e com a saúde, quando as falhas não são o resultado de circunstâncias fora do controle e alcance dos responsáveis pelos adolescentes e crianças (MINAYO, 2001, p.97).

Contudo, a negligência não está diretamente atrelada à pobreza, e sim a omissão de cuidados para com as crianças e adolescentes. Pais podem ser omissos, e portanto negligentes, em todas as classes sociais.

Enquanto que a violência sexual,

[...] se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente e obter estímulo para si ou outrem. Nos estudos sobre tal fenômeno, todos os autores indicam a existência de abuso sexual no âmbito familiar. Os principais agressores são o pai, o padrasto, ou ainda, pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima. (MINAYO, 2001, p.97)

A violência sexual ocorre de duas formas, pelo abuso sexual ou pela exploração sexual comercial. A exploração sexual, que se utiliza de crianças e adolescentes para fins sexuais visando lucro em cima. Possui quatro formas que são

---

<sup>7</sup> Lei nº 13.010/2014, conhecida como “Lei da palmada”, que veta o uso de violência física contra crianças e adolescentes.

consideradas exploração sexual comercial: exploração agenciada e não agenciada, pornografia, tráfico infantil e turismo com motivação sexual.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é dividida em: agenciada, que consiste na comercialização direta da criança. Envolve uma rede de aliciadores, agenciadores e de qualquer outra pessoa que contribui para que isso aconteça. A exploração sexual não agenciada, representa as práticas sexuais realizadas por crianças ou adolescentes sem envolvimento de terceiros. Nesse sentido, abandona-se a categoria de prostituição infantil, terminologia amplamente criticada pelos movimentos dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

A pornografia infantil diz respeito a todas formas de imagens, vídeos ou áudios de conteúdo sexual que são produzidas, vendidas, adquiridas, publicadas, etc. Outras expressões da exploração sexual comercial consistem no tráfico infantil promove o deslocamento em território nacional ou internacional para que a criança seja usada para fins sexuais, e no turismo com motivação sexual se enquadra na exploração das crianças e adolescentes por visitantes do país (MORESCHI, 2018).

Existe também as formas de abuso sexual, como a sensorial ou por estimulação, onde Vivarta (2003, p. 128) explica de forma sucinta:

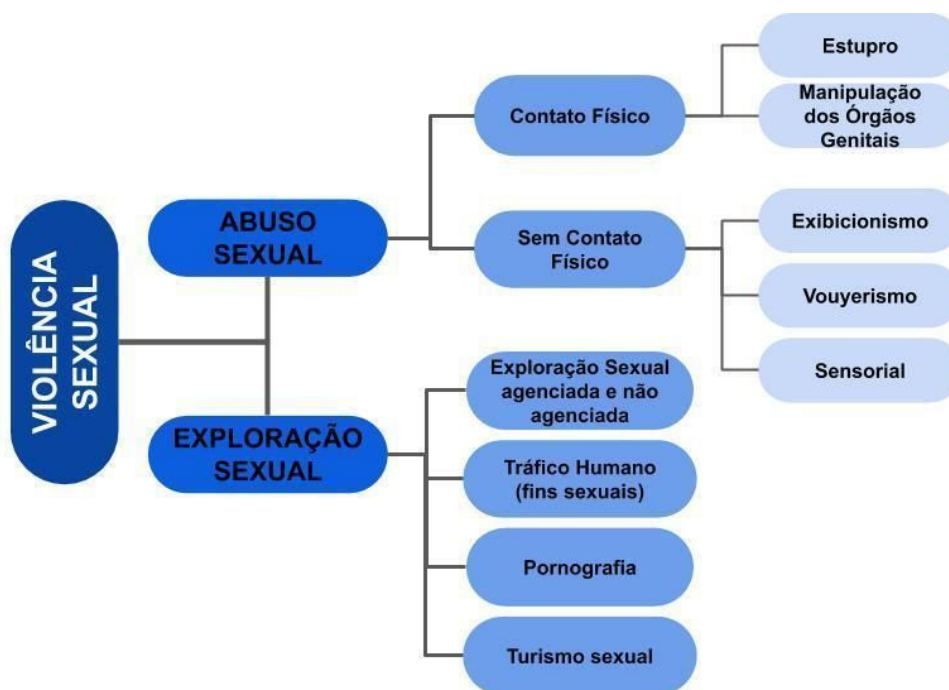
Violência sexual sensorial: exibição de performance sexualizada de forma a constranger ou ofender a criança ou o adolescente, tais como: pornografia, linguagem ou imagem sexualizada e assédio. Violência Sexual por estimulação: carícias inapropriadas em partes do corpo consideradas íntimas, masturbação e contatos genitais incompletos. Violência sexual por realização: tentativas de violação ou penetração oral, anal e genital.

Para Faiman (2004, p. 34), a categoria abuso sexual, é “a utilização de uma pessoa como instrumento na busca de uma satisfação própria.” Portanto, entendemos o abuso como uma relação de poder e domínio, podendo ser o abuso sexual contra crianças, definido como:

[...] a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. O abuso sexual é geralmente praticado por uma pessoa por quem a criança ou adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Essa violência pode se manifestar dentro do seu ambiente doméstico (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar). (CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, [2005-2010], p. 8).

O abuso sexual, na maioria das vezes é cometido por alguém conhecido da criança e da família, criando-se assim um pacto de silêncio, a fim de manter a ordem hierárquica da família (MORESCHI, 2018). Observa-se a figura 2, o organograma sobre a violência sexual contra crianças e adolescência.

**Figura 2:** Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

A exploração sexual cresceu muito a partir do momento que a internet se difundiu no mundo. A pornografia infantil é um exemplo disso. No Brasil existem várias organizações não governamentais que visam proteger a criança e ao adolescente da exploração sexual. A Organização Não-Governamental (ONG) SaferNet traz indicadores alarmantes sobre o assunto (SAFERNET, 2019, s/p.):

Em 13 anos, a SaferNet recebeu e processou 4.059.137 denúncias anônimas, envolvendo 750.526 páginas (URLs) distintas escritas em 9 idiomas e hospedadas em 67.224 domínios diferentes, de 250 diferentes TLDs e conectados à Internet através de 63.791 números IPs distintos, atribuídos para 104 países em 6 continentes. Ajudou 24.201 pessoas em 27 unidades da federação e foram atendidos 2.315 crianças e adolescentes, 1.947 pais e educadores e 19.939 outros adultos em seu canal de ajuda e orientação. Além disso, foram realizadas 715 atividades de sensibilização e formação de multiplicadores de 297 cidades diferentes, 27 estados, contemplando diretamente 66.861 crianças, adolescentes e jovens, 69.713 pais e educadores e 3.647 autoridades, com foco na conscientização para boas escolhas online e uso responsável da Internet. Em 2018, o novo curso de formação à distância formou mais 7 mil educadores da rede pública de ensino.

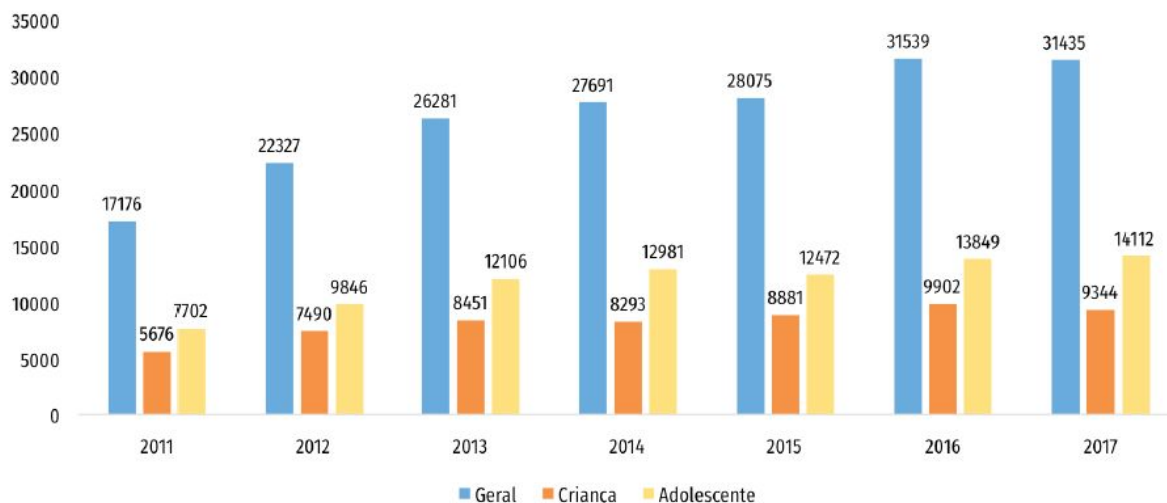
Segundos dados do disque 100, em 2017, somente no Rio Grande do Sul, foram feitas 6.082 denúncias acerca destes quatro tipos de violência contra criança e adolescente (DISQUE 100, 2017):

**Quadro 3:** Dados do disque 100 de 2017

<b>Tipo de violência</b>	<b>Número de denúncias</b>
Negligência	2323
Violência Física	1313
Violência Psicológica	1614
Violência Sexual	832
<b>Total de denúncias:</b>	<b>6.082</b>

**Fonte:** Adaptação da autora, 2019

Os dados do disque 100 do Balanço Geral entre 2011 e 2017, sobre denúncias feitas relativas a abuso sexual infantil trazem dados alarmantes, ao mostrarem que com o passar dos anos, houveram mais casos de violência sexual infantil, de acordo com a figura 3 da ONG CHILDFUND BRASIL:

**Figura 3:** Gráfico de denúncias de abuso sexual infantil

**Fonte:** ONG Childfund Brasil, 2018.

Traçando um comparativo entre o quadro 3 e a figura 3, percebe-se uma necessidade de que as denúncias sejam realizadas, pois das 6.032 denúncias feitas, somente 832 delas eram relativas a violência sexual. Os dados da ONG Childfund Brasil afirmam que as denúncias dobraram, sendo 31.435 em 2017, contra 17.176 em 2011.

Apesar de o Disque 100, ser um meio próprio para denúncias, tendo em vista que algumas pessoas preferem não se identificar ao fazer a denúncia diante da suspeita do abuso contra a criança e ao adolescente, ele é limitado quando traz seus dados, não contendo a totalidade das denúncias, pois não são contabilizadas todas as denúncias realizadas nas instituições do município, que são propícias para isso, como o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Ministério público (MP) e conselho tutelar.

O Disque 100 acaba sendo somente um extrato de uma realidade muito mais complexa, existindo outras formas de denúncia. Importante salientar que a sociedade está cada vez mais virtual, com o acesso à internet disponibilizado para mais pessoas, o que gera também a ampliação e o agravamento dos crimes sexuais cibernéticos.

A *deepweb*, uma parte da internet que não pode ser acessada por navegadores comuns e necessita de várias criptações e com isso as pessoas que

acessam e os sites e conteúdos disponíveis e pessoas que acessam são quase impossíveis de serem rastreados, trazem outros tipos de explorações sexuais contra crianças e adolescentes: **Pay-Per-view, Sexting e Grooming**.

**Pay-Per-View**, segundo informações do site medium, é uma espécie de leilão online, onde o abusador compra uma criança ou adolescente, em qualquer parte do mundo e assiste ao vivo a vítima sendo estuprada e/ou mutilada. Quanto maior a crueldade no ato, maior o valor do pay-per-view.

**Sexting** consiste no aliciamento de crianças e adolescentes, a partir da exposição de fotos e vídeo. Segundo o ECA/1990, no seu art. 17:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990, s/p).

Também enquadra a conversa de crianças e adolescentes com adultos que se passam por “amigos” da mesma faixa etária e podem pedir por fotos e vídeos e espalham na web esses arquivos. Como envolve menores de idade, se caracteriza como crime. **Grooming** é outra forma de assédio sexual na internet, por meio de redes sociais, mensagens de textos (SMS), que vai do mais leve até da exploração sexual.

Neste capítulo pode-se evidenciar que a violência contra crianças e adolescentes, especialmente, a de caráter sexual, vem complexificando-se, exigindo a construção de novos conceitos e reformulação dos antigos, buscando salientar os desafios que se fazem presentes para o enfrentamento dessa expressão da violência.

O próximo capítulo trata dos resultados obtidos com a pesquisa, trazendo conceito de abuso sexual e as quatro categorias encontradas: Uso de sedução, uso de ameaças, trauma em segredo e características de repetição, transversalizando a discussão as constituição de relações familiares abusivas.



## **4 AS DIMENSÕES DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica acerca das dimensões que o abuso sexual assume no cotidiano de vida de crianças e adolescentes. As discussões acendem-se na perspectiva de problematizar como os processos sociais influenciam a presença dessa violência no interior das famílias e quais os impactos produzidos por esse fenômeno.

Além disso, este capítulo realiza uma abordagem das principais características das famílias acometidas por situações de abuso sexual, por entender a importância de apreender quais os aspectos permeiam a presença dessa violência. Nesse sentido:

O abuso sexual no contexto familiar é a modalidade de violência contra crianças e adolescentes que provoca maior indignação, considerando as circunstâncias em que ocorre, pois além das fragilidades física, psicológica e cronológica inerentes às vítimas, é praticado na maioria dos casos contra meninas, por um homem que desfruta da confiança da família, a quem se encontram vinculadas por afeto, confiança ou relações de dependência (LIRA et al., 2017, p.2).

Posteriormente são discutidas as quatro categorias que emergiram no processo de análise de dados: Uso de sedução, uso de ameaças, trauma em segredo e características de repetição, que contribuíram para a apreensão da dinâmica do abuso sexual intrafamiliar.

### **4.1 Características das Famílias**

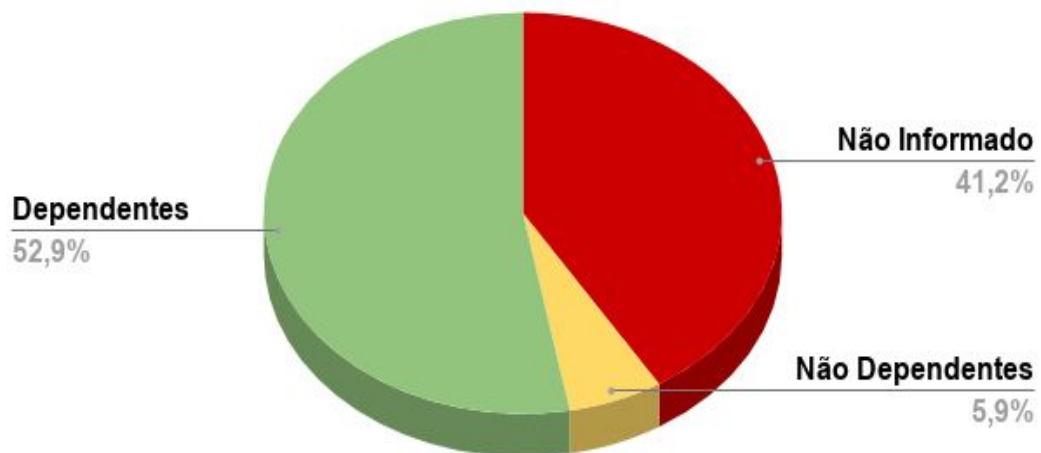
Este subitem discute sobre as particularidades das famílias em que o abuso sexual faz-se presente, assim aborda sobre a situação financeira, problematizando a relação entre a pobreza, patriarcado e a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Não é que somente nas classes mais baixas exista violência contra crianças e adolescentes, porém é onde mais se expressam dados a respeito, devido a uma constante violação de direitos, onde esses tipos de violência contra mulheres e

crianças e adolescentes aumentam as chances de ocorrerem, como mostrados nos gráficos 1 e 2 abaixo:

**Gráfico 1:** Perfil - mãe da vítima (dependência financeira)

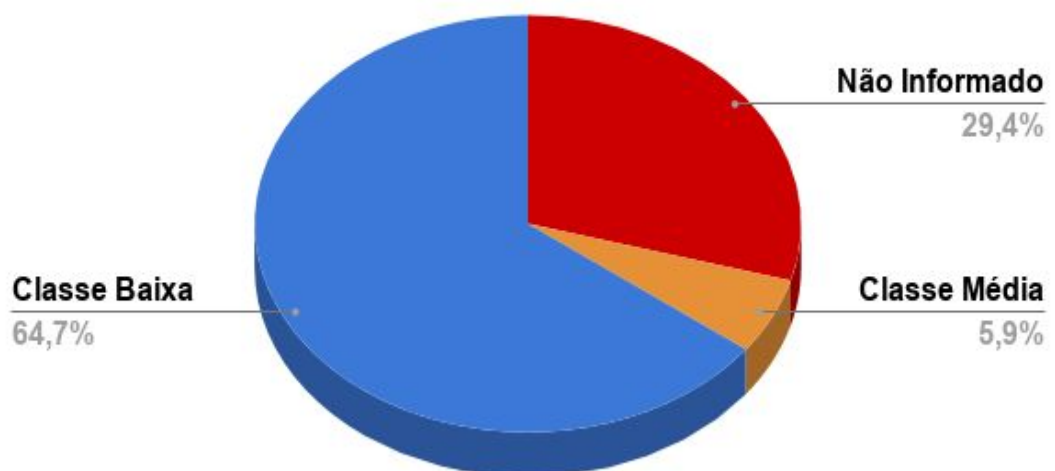
### PERFIL - MÃE DA VÍTIMA (DEPENDÊNCIA FINANCEIRA)



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019

**Gráfico 2:** Perfil da vítima - classe econômica

### PERFIL DA VÍTIMA - CLASSE ECONÔMICA



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019

Ao analisarmos os gráficos 1 e 2, nota-se que a mãe da vítima encontrava-se em situação de dependência financeira (52,9% dos casos) quando houve o abuso sexual contra sua/seu filho(a), e que a classe social mais afetada com este tipo de violência foi a classe baixa (64,7%). A pobreza não é, em si, uma condição para que a violência sexual aconteça, porém considera-se um agravante. Definimos pobreza segundo conceito de Carneiro (2005, p. 68-69),

[...] portanto dada por sua mensuração: pobreza está ligada direta e substancialmente a ausência de renda, sendo pobres os que se situam abaixo de uma linha de rendimento monetário, definida de forma absoluta ou relativa. Uma pessoa é pobre se a renda ou gastos de consumo agregados forem inferiores a um valor estabelecido como necessário para sobrevivência. Esse valor pode ter como referência um padrão absoluto (calculado a partir de requisitos nutricionais) ou ser relativo ao padrão vigente em dada sociedade, definido a pobreza absoluta e relativa, respectivamente.

Observa-se que existe uma ligação entre essas informações, pois conseguimos enxergar o patriarcado em um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p.47) e que contém outro tipo de violência, a de gênero.

Sabe-se que a violência contra mulher dentro de um relacionamento transcorre em um ciclo, após a violência física ocorrer, mantêm-se um clima de romance e lua de mel, que vai desfazendo até ocorrer novamente a violência física. Em um panorama geral, a violência moral e psicológica se faz constantemente presente. Para essas mulheres, as imagens e ideações do amor perfeito segue em seu imaginário, sendo desfeita quando ocorre a violência, mas voltando quando o parceiro mostra-se arrependido pelo seu comportamento violento.

Muitas mulheres simbolizam a imagem do casamento perfeito e feliz em seus sonhos, com a esperança constantemente renovada de que o agressor vai mudar, que as coisas vão melhorar e que “tudo um dia vai passar como num passe de mágica”, sentimento esse que também é, segundo elas, frequentemente desfeito pelas decepções em contato com a realidade do comportamento do companheiro. Perdura no relacionamento o misto de esperança e decepção, fazendo com que o desgaste se acentue. (FONSECA, et al., 2012, p. 311)

Outra forma de falarmos sobre a violência contra a mulher é através dos papéis sociais de homens e mulheres impostos na sociedade contemporânea, que estão baseados na dominação do homem contra a mulher, de considerar que a

mulher é sua propriedade, estando livre então para tratá-la como alguém inferior. (FONSECA, et al., 2012)

A violência de gênero é uma das violências mais presentes no nosso país e por esta pesquisa tornou-se palpável essa visão, pois a partir das bibliografias separadas para estudo, conseguiu-se observar como o sistema patriarcal têm influência, e quais os tipos de classes sociais mais apareceram nos artigos, pois a

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizada por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008, s/p).

Como existe a relação de desigualdade entre classes sociais, raça e gênero, crianças do sexo feminino de classes sociais mais baixas ainda são a maioria dentro das estatísticas a sofrer com essas violências, como pode se observar no gráfico 3:

**Gráfico 3:** Perfil da vítima - sexo



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019

Quando analisado o sexo da vítima, 64,6% eram do sexo feminino, número que aumenta ao se pensar nos 17,7% de artigos que falam de abusos sexuais cometidos contra meninos e meninas. Os outros 17,7% não foram informaram o gênero da vítima.

Podemos entender a discrepância entre os abusos cometido contra meninas e os cometidos contra meninos, e também o porquê de existir tão pouca bibliografia a respeito disso, pelo fato de meninos já possuírem, desde pequenos, a convenção social de “pequenos homens”, capazes de se defender sozinhos e imunes ao sofrimento, como Pinto (2005) apud Vincensi (2012, p. 150) explicam:

[...] a violência sexual contra meninos é ainda pouco estudada. Parece haver uma ideologia, não só entre o senso comum, mas também ao nível das representações das teorias científicas, de que meninos estão imunes a esse tipo de violência, por causa da sua “força de macho” e que, quando vitimizados sexualmente, é porque permitiram e/ou desejaram.

Existem certos mitos em torno do abuso sexual contra meninos, sendo um deles acerca da homossexualidade e o outro de que os abusadores foram vítimas de violência na infância. O primeiro mito refere-se quando a vítima é um menino e o abusador um homem. Não existe uma relação direta entre o abusador ser homossexual e ter preferência por meninos, e sim há uma relação de que o abusador não faz distinção de gênero quando comete o ato (HOHENDORFF et al., 2014).

O segundo mito fala de que todos as pessoas que cometem abusos sexuais contra crianças e adolescentes sofreram abusos na infância, logo tornaram-se abusadores, trocando o papel de vítima para abusador. Estudos indicam que isso ocorre na minoria dos casos. “O histórico de violência sexual na infância seria um fator mediador que aumentaria a probabilidade de tornar-se agressor sexual na idade adulta, porém, não seria a ‘causa’ do comportamento agressivo sexual (GLASSER et. al, 2001 *apud* HOHENDORFF et. al 2014, p. 25)

A categoria violência de gênero traz um grande resgate histórico, pois desde os mais remotos dos tempos temos evidências do abuso de homens contra mulheres por considerar que deva existir uma relação de dominação. Pela

historicidade, observa-se que “gênero é a construção social do masculino e feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Dessa forma, evidencia-se que a violência de gênero perpassa gerações e processos que estão em constante transformações sociais, considerando que o ser social está ininterruptamente passando por modificações que percorre o âmbito cultural e histórico da humanidade.

Nos resultados da pesquisa, observou-se que, por mais que nas famílias pobres o índice de abuso sexual intrafamiliar figura de uma forma mais elevada, a violência sexual encontra-se em toda a sociedade, sem fazer distinção de classe social e etnia.

#### 4.2 Infância protegida (?)

*Pequenina, aos 7 anos, Isabel\* precisou processar o luto de perder alguém querido. Traumatizada e de família pobre, foi morar com a mãe. Na casa, onde a proteção deveria prevalecer, foi abusada pela primeira vez. De mão em mão e colo em colo, os toques na inofensiva menina não eram praticados apenas por uma pessoa, mas sim por vários tios. Desta forma, viveu sua infância.[...] Não se interessava mais pelos estudos, tanto que repetiu de ano uma vez. “Quanto menos me visse, menos falassem, para mim era melhor”. Infelizmente, a troca de escola, na época, não possibilitou uma visão mais detalhada da personalidade da menina por parte de professores e gestores. (ZENI, 2017, p.1.)*

Esta citação é apenas um dos milhares de casos de abuso sexual intrafamiliar que ocorrem diariamente no país. As várias situações aferem que um olhar mais atento dos profissionais que estão no cotidiano podem salvar vidas. O ECA defende a denúncia no momento em que afirma como dever de todos a proteção da infância e juventude:

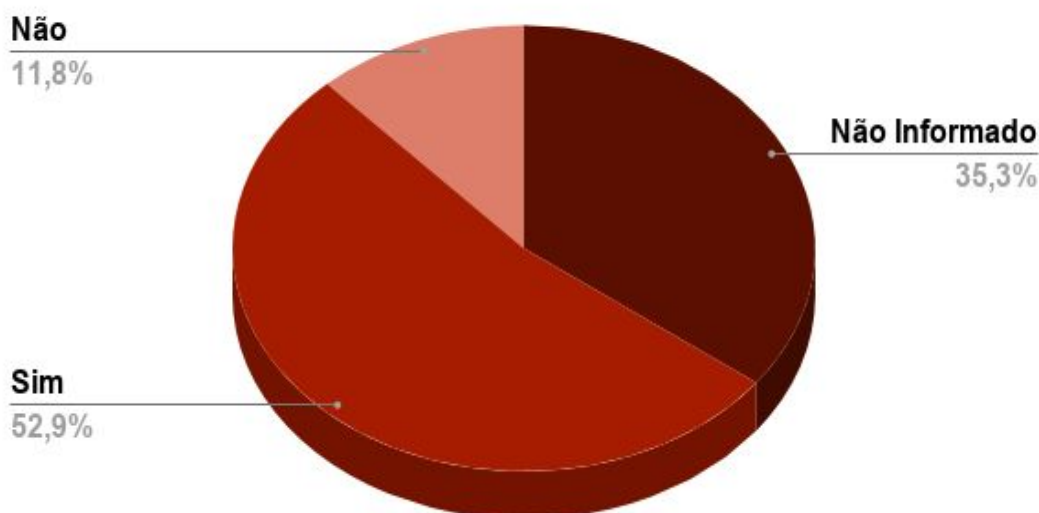
Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990, s/p.).

Art. 13. Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público (ECA, 1990, s/p.).

Com esses artigos, percebe-se que o ECA trouxe essa responsabilidade de fiscalização conjunta entre sociedade civil e Estado, junto com as especificidades das violências contra as crianças e adolescentes. Sua saúde e bem-estar é dever de todos. Através do disque 100 (ver quadro 3), criado especialmente para denúncias de violação de direitos humanos, conseguem-se dados importantes, que bem estudados, podem virar políticas públicas que terão algum efeito palpável nas cidades do país, ao invés de predominar o abuso Trauma em segredo:

**Gráfico 4:** Características do abuso: Trauma em Segredo

### CARATERÍSTICAS DO ABUSO: TRAUMA EM SEGREDO



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

O abuso que tem a característica de trauma em segredo refere-se exatamente ao que o nome já traz, de se manter em segredo, em alguns casos por décadas ou até mesmo nunca sendo revelado para outras pessoas, como familiares de confiança ou órgãos competentes que tratam de abusos sexuais. Em um dos artigos separados para esta pesquisa, as autoras trazem um exemplo de porque se manter o trauma em segredo:

A literatura especializada sugere que em decorrência das estratégias de ameaças, barganhas e violência utilizadas pelos (as) agressores(as), as vítimas mantêm em segredo o abuso. Soma-se a isto os fatores psicológicos tais como a vergonha, o embaraço, a auto responsabilização (algumas crianças/adolescentes acreditam que provocaram o abuso sexual), e o sentimento de lealdade ao(a) agressor(a), caso este seja um membro familiar (BAIA, et al., p 194-195 apud Furniss, 1993; Summit, 1983)

A violência contra crianças e adolescentes, de certa forma, possui um forte traço histórico, quando se pensa os costumes sociais antigos, de tratar crianças e adolescentes, principalmente meninas, como “mini adultas”, em uma forma de criação adultocêntrica, “centrada no adulto e não nas necessidades de desenvolvimento das crianças, legitimando o uso indiscriminado de práticas violentas como formas de educação de crianças e adolescentes” (VIEIRA, 2015, p. 101).

As crianças e adolescentes seguiram, por muito tempo como sujeitos sem direitos e nenhum amparo legal. A historicidade da infância por muito tempo foi de somente reproduzir preceitos já impostos na família, de casarem cedo, não precisar frequentar o colégio, se assim fosse determinado pelo pai.

Com uma distribuição extremamente rígida e hierárquica de papéis, a família patriarcal caracterizava-se também pelo controle da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão. A sexualidade masculina se exercia, no entanto, livremente. Os casamentos eram realizados por conveniência, entre parentes ou entre membros de grupos econômicos que desejavam estabelecer alianças (BRUSCHINI, 2009, p. 75).

Existe, ainda nos dias atuais, uma forte reprodução desses costumes, onde vivemos em um sistema patriarcal muito bem firmado.

Essa inversão de proteção em opressão configura uma “despaternalização”, ou seja, a negação das funções sociais e pessoais dos papéis de pai e mãe, do poder familiar, muitas vezes ancorada em uma tradição autoritária da disciplina. Destaca, ainda, que esse fenômeno complexo de dominação/submissão, transmitido de geração em geração, parece normal, natural e mesmo inquestionável o domínio do macho, da mãe repressiva e dos chefes arbitrários. Esse autoritarismo se expressa nas formas incorporadas na violência de gênero, de massacre da individualidade, de opressão do subordinado. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 37, apud FALEIROS e FALEIROS, 2007).



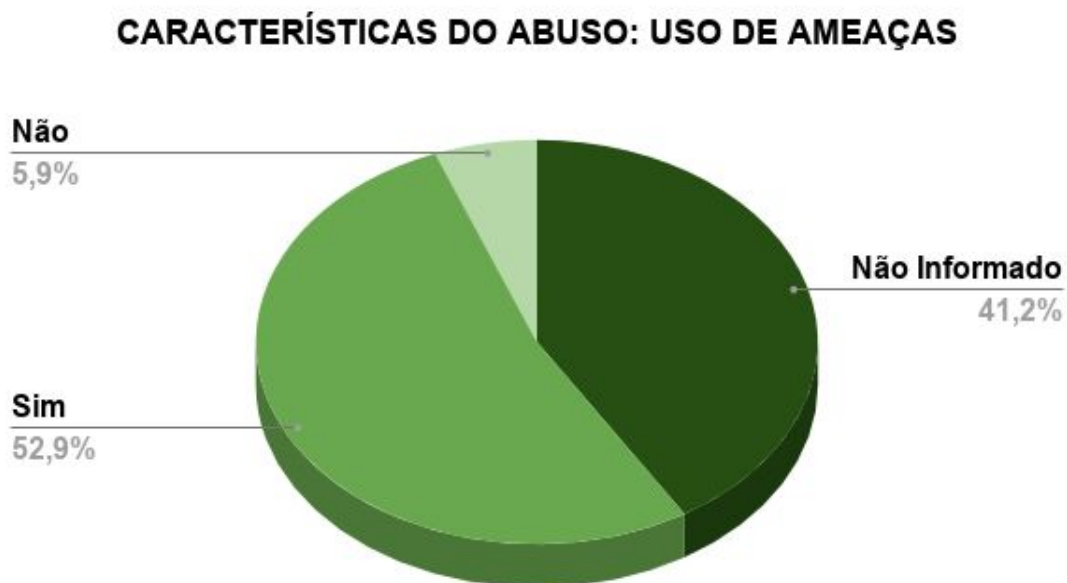
Ao analisar os artigos separados para esta pesquisa, percebe-se que a figura paterna, quando existente, sempre foi de dominação para com as crianças e adolescentes.

Embora os adultos sejam socialmente responsáveis e autorizados a exercer o poder protetor sobre as crianças e adolescentes, ainda é recorrente o exercício de pedagogia de submissão de crianças e adolescentes ao poder autoritário, arbitrário e violento dos adultos nas famílias, escolas, igrejas, serviços de assistência e de ressocialização. Aliados a isso temos crenças e valores culturais na sociedade que são arbitrários (violência simbólica) e produzem preconceitos, tais como: A mulher é mais fraca que o homem; todo adolescente é revoltado; os pobres são preguiçosos; os negros são menos inteligentes que os brancos (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 36, apud FALEIROS e FALEIROS, 2007).

Essa relação de dominador e subordinado, do adulto mandando na criança e esta sem direito a ter uma voz, continua a existir em muitos lares brasileiros.

Portanto, temos uma violência estrutural que retrata as enormes desigualdades econômicas e sociais (classista, adultocêntrica, machista e racista), profundamente excludente e que afeta principalmente as crianças e adolescentes pobres, colocando-as em situação de vulnerabilidade e risco do seu processo de desenvolvimento (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 36, apud FALEIROS e FALEIROS, 2007).

Um dos gráficos gerados a partir roteiro bibliográfico, ao averiguar as características dos abusos, em 52,9% do total dos casos, houve uso de ameaças por parte dos abusadores, como demonstrado no gráfico 5 abaixo:

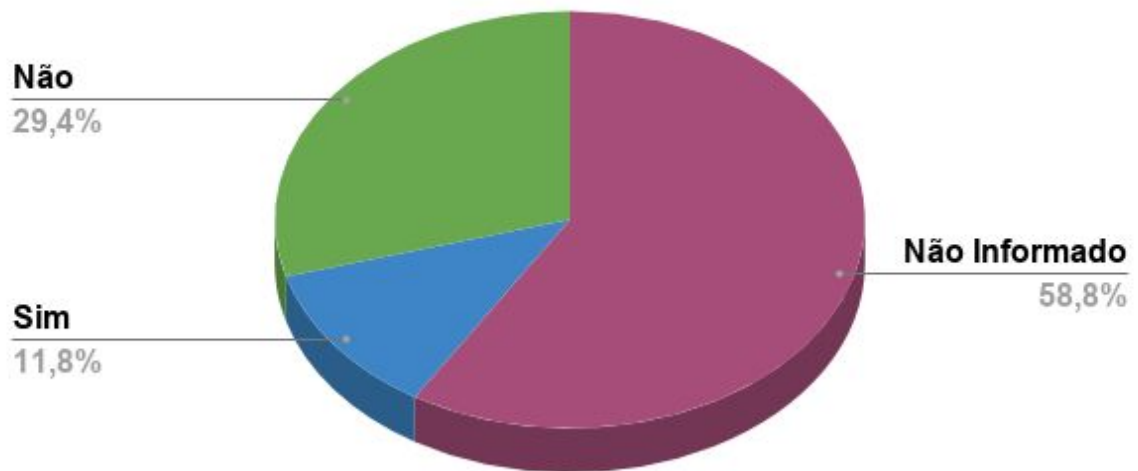
**Gráfico 5:** Características do abuso: Uso de ameaças

**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

Observa-se que o uso de ameaças ocorreu em mais de 50% dos artigos lidos, demonstrando que os abusadores utilizam-se de ameaças para que as vítimas fiquem em silêncio com relação ao trauma sofrido. Na maioria das vezes, os abusadores afirmam que se a vítima não fizer o que eles querem, irão machucar a mãe delas ou alguém que a criança considera muito importante afetivamente, colocando a criança em uma posição de muito estresse psicológico, com ameaças verbais e até físicas.

**Gráfico 6:** Características do abuso: Uso da sedução

## CARACTERÍSTICAS DO ABUSO: USO DE SEDUÇÃO



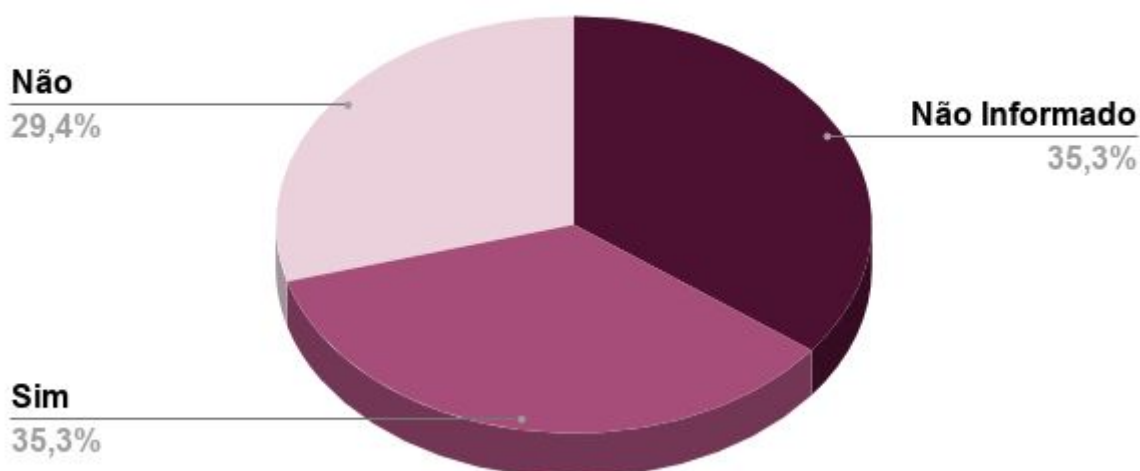
**Fonte:** Sistematização da autora, 2019

Já neste outro gráfico 6, infere-se que o uso de sedução, que consiste em seduzir a vítima através de presentes e toques gentis em mais de 50% dos casos (58,8%) não foi informado essa tentativa, mas 29,4% não houve a tentativa de seduzir a vítima, e na figura do gráfico 5, as ameaças passaram dos 50% dos casos, e que na maioria dos casos 64,7% são vítimas que vieram de uma classe social de baixa renda.

A sedução, nesses casos, é uma “situação de interação entre duas pessoas na qual uma delas, por meio de gesto carregado de sexualidade, desperta na outra sensações e fantasias de caráter erótico” (FAIMAN, 2004, p. 28). O uso da sedução ocorre, em sua maioria, em casos de incesto (ato sexual entre pessoas da mesma família), onde o abusador se utiliza do amor e confiança existente entre a vítima e o abusador e instiga um desejo sexual, com carícias inapropriadas.

**Gráfico 7:** Perfil - Mãe da Vítima (Trauma na infância)

## PERFIL - MÃE DA VÍTIMA (TRAUMA NA INFÂNCIA)



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

Com os artigos separados para a produção desta pesquisa que gerou o gráfico 7, inferiu-se que o número das mães das vítimas que haviam sofrido o trauma de abuso sexual na infância é maior (35,3%) do que as que não sofreram algum tipo de abuso na infância (ver artigo nº 14):

Segundo as Participantes, a vivência de suas vitimações no passado serviu de base para as vivências, providências e os procedimentos efetivados diante do conhecimento do abuso sexual intrafamiliar sofrido pela filha. Significa dizer que puderam reviver a fragilidade e falta de proteção da infância, quando foram abusadas sexualmente por alguém da família. E, neste sentido, a tomada de consciência, mediante o conhecimento do abuso de suas filhas, lhes constitui um sujeito que se percebe na vulnerabilidade e no sofrimento enquanto mãe, mulher e vitimada no passado. Um sujeito vitimado por suas próprias lembranças e pelo próprio desconhecimento de ações protetivas, portanto, de seu potencial de protetora de suas filhas. (LIMA; ALBERTO, 2016, p. 345.

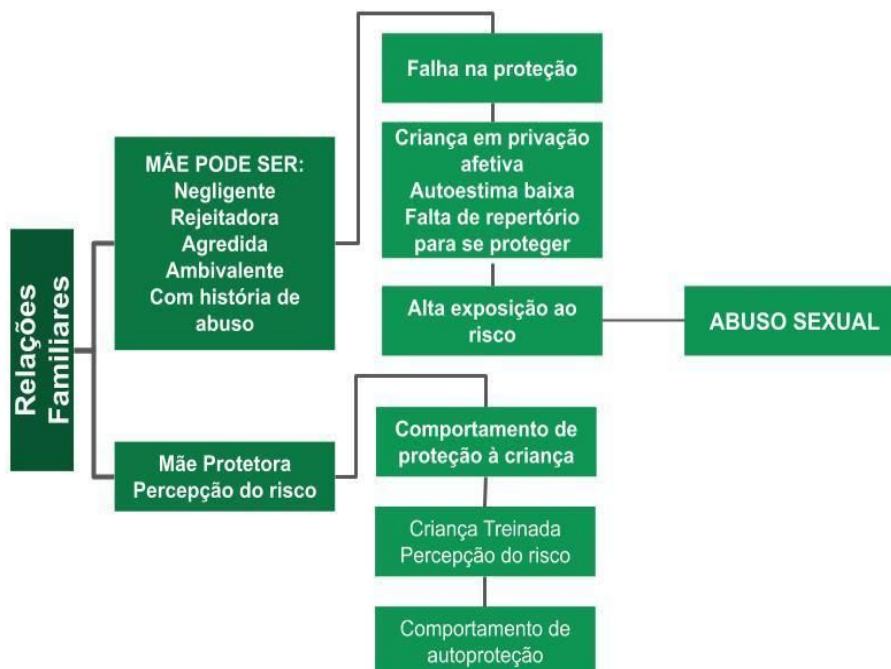
Essas mães que também sofreram abuso sexual na sua infância podem sentir que falharam no cuidado para com seus (suas) filhos (as). Mães que, em sua maioria, na infância sofreram abusos sexuais e que podem vir a sentir culpa pela forma que seus (suas) filhos (as) também sofreram abuso sexual.

Percebe-se uma falha na rede de proteção da criança/adolescente, pois em sua maioria a família protetiva possui um cuidado e um diálogo aberto acerca de questões referentes a possíveis abusos e o que fazer caso ocorra, como identificar o abuso e para qual adulto relatar isso.

Para que ocorra o abuso sexual, não é suficiente que haja um agressor sexual. O agressor pode estar “predisposto” a cometer o abuso, em face de sua história de vida, mas o abuso só ocorrerá se as contingências presentes forem favoráveis, como por exemplo, cuidados que falham na proteção. A última contingência que controlaria o comportamento do agressor seria o comportamento de autoproteção da criança. De acordo com este modelo, crianças e adolescentes treinadas (os) a reconhecer os estímulos discriminativos de uma situação potencial de abuso sexual poderiam evitá-lo, caso não estivessem sujeitos à proteção de qualquer adulto responsável (PADILHA, 2007, p. 16).

Essas mães que tem uma história de violência, não conseguem desenvolver um histórico de proteção, como podemos observar na figura abaixo:

**Figura 4:** Organograma das famílias abusivas



Fonte: Padilha, 2007, p. 30.

As relações abusivas se expressam e possivelmente se concretizam na falta de diálogo, falha na rede de proteção com a criança/adolescente e o completo silêncio acerca do ocorrido. “As crianças que têm boa auto-estima, habilidades de

resolução de problemas e conhecimento sexual estão mais aptas a se protegerem de situações de exploração sexual” (PADILHA, 2007, p. 20).

Percebe-se também que na maior parte dos casos, a mãe acreditou no relato do (a) filho (a), por já ter sofrido abuso sexual na sua própria infância/adolescência e a família não ter feito a denúncia em órgãos competentes. Essas mães tomaram as medidas cabíveis e denunciaram o abusador, como podemos visualizar em um dos artigos separados para essa pesquisa (Ver artigo nº 2):

Outro aspecto que contribuiu para que nove mães (36%) acreditassem no relato de abuso sexual de suas filhas foi o fato de também terem passado por essa experiência durante a infância ou adolescência. Ao tomarem conhecimento do abuso sexual de suas filhas, as mães relataram reviver a sua própria experiência: Parece que repetiu a dose na minha vida. Parecia que era comigo de novo... Mexeu com toda a minha vida. Todos sabiam, mas ninguém fazia nada, entendeu? Meu pai continuou morando dentro de casa, eu tendo que encarar. Eu me botei no lugar dela, do jeito que ela tava se sentindo. Eu senti a mesma coisa. Ela tinha medo dele, eu também sentia medo do meu pai, entendeu? (participante 21) (SILVA; DALBOSCO, 2013, p.59).

Para essas mães que foram revitimizadas, primeiramente vítimas na sua infância e depois tendo que lidar com seu (sua) filho (a) passando por isso, foi a denúncia e uma quebra de vínculos, principalmente para aquelas mulheres que residiam com o abusador, procurando outros meios de sobrevivência e mudando-se.

Quando ocorre o abuso sexual no âmbito familiar e ele é revelado, a responsabilidade fica com a mãe, tanto da cobrança da sociedade quanto da auto cobrança que a mãe tem, por crer que não teve a proteção necessária com seus filhos (Ver artigo nº 8).

Para Azevedo e Guerra (1989), a mãe recebe uma carga de responsabilidade por todos os acontecimentos que ocorrem no seio familiar. Não obstante, a tendência é ser julgada como fraca, negligente, incapaz ou até mesmo conivente com casos de abuso sexual incestuoso. Apesar dos discursos de conivência, culpa e cumplicidade maternas, diante do abuso sexual contra as filhas, a maioria das mães aparenta não estar ciente de que tal abuso ocorre e, quando sabem, conforme mencionado anteriormente, elas são as que mais denunciam os abusos intrafamiliares (LIMA; ALBERTO, 2010, p. 131).

Quando o (a) filho (a) não relata o abuso, algumas mães ficam sabendo que houve o abuso através de relatos de vizinhos e pessoas próximas que observam o dia a dia familiar e possuem uma noção de que a criança/adolescente está

passando por algo “estranho” ou suspeito, principalmente no comportamento da criança, que tende a ficar mais retraída.

Após o relato do abuso sexual, a culpa recai sobre a mãe, onde notamos mais uma vez a forte desigualdade de gênero existente no país, pois a mãe acaba ficando como a única responsável pelo ambiente privado familiar.

De acordo com Medina (1991), o modelo tradicional de casamento não abre margens para erros, pois todos os membros da família possuem seus papéis bem definidos. A mulher, virgem e casta, ensinada para agradar seu esposo e ser uma boa mãe, enquanto o homem, o que “caça”, trabalha fora para manter o sustento da casa. Esses pais vão transmitir os mesmos ensinamentos por eles apreendidos enquanto crianças, fazendo a distinção com seus filhos, a depender do gênero atribuído no nascimento da criança.

No casamento baseado no modelo de transição (MEDINA, 1991), homens e mulheres têm mais poder de decisão sobre quais ensinamentos transmitirão aos seus descendentes. A igualdade é mais visada, porém ainda não é o ideal. Casais casam-se por amor, não existindo mais uma relação de “até que a morte nos separe”.

No nosso país, atualmente possuímos os dois modelos de casamento, com pessoas que acreditam na instituição do casamento como forma de vivenciar o amor, porém também observamos nas discussões de redes sociais pessoas contrárias a igualdade de gênero, não aceitando que seus filhos estudem questões de gênero, mesmo com profissionais habilitados a transmitir esses conhecimentos.

Nesta pesquisa, a análise das produções científicas sobre abuso sexual intrafamiliar desvelou várias categorias que trazem uma influência direta para sua perpetuação, como o patriarcado, machismo e sua relação de dominação. Outro ponto que vale ressaltar, são as categorias emergentes, como podemos observar na figura 5 abaixo:

**Figura 5 : Características do abuso sexual**



**Fonte:** Sistematização da autora, 2019.

A figura 5 realiza uma síntese, demonstrando o abuso sexual intrafamiliar como elemento central, onde as categorias uso de sedução, uso de ameaças, características de repetição e trauma em segredo encontram-se interligadas diretamente com o abuso sexual, não havendo uma hierarquização entre elas.

As considerações finais deste capítulo destaca a ausência de um debate mais profícuo sobre a dinâmica das famílias abusivas, que possibilite adentrar os meandros dessa violência.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, emergiram algumas categorias que auxiliaram a compreender a caracterização de abuso sexual intrafamiliar, como *sedução, repetição, trauma em silêncio, ameaças*.

As análises possibilitaram apreender que a literatura vem, amplamente, discutindo os diversos conceitos de violência, e, desse modo contribuindo para a construção de diferentes metodologias de atendimento às crianças e adolescentes em situação de abuso sexual.

O abuso sexual intrafamiliar é uma das formas de violência que mais exige-nos o rompimento de tabus e superação de concepções idealizadas sobre família, cuidado e proteção, o que torna seu debate arenoso e difícil trato, dado a complexidade envolta nessa expressão da questão social.

As obras literárias apresentaram-se como outro importante aporte, no sentido de facilitar a apreensão do abuso sexual intrafamiliar, sensibilizando-nos por meio de relatos sobre as manifestações, rituais e sentimentos que imperam no processo de violência sexual do adulto contra a criança, como podemos observar no trecho a seguir:

*- Seja uma boa menina - disse ele, pegando minha mão pequena de criança, roliça e cheia de covinhas. Segurando-a com firmeza, ele a forçou em torno do seu pênis, movendo-a para cima e para baixo. Todo o tempo em que eu fazia isso, ouvia pequenas lamúrias escapando de minha garganta e misturando-se aos gemidos dele. Fechei os olhos com força, na esperança de que, se não pudesse ver, aquilo iria parar, mas não parava. De repente, ele soltou minha mão, e meu corpo foi jogado para trás. Senti sua mão me segurando firmemente na barriga, enquanto a outra erguia meu vestido e baixava minha calcinha. Senti vergonha, com meu pequeno corpo exposto diante dos olhos dele, e fui empurrada mais para baixo, no banco frio de couro. Ele me puxou para o lado, deixando minhas pernas penduradas e indefesas na beira do assento. Pernas que tentei, em vão, fechar. Senti que ele fazia força para separá-las, vi que estava olhando para uma parte de mim que eu pensava ser íntima, senti uma almofada deslizar sob minhas nádegas e a dor, quando ele entrou em mim, não com força a ponto de rasgar ou ferir, nessa época, mas com força suficiente para machucar. [...] Depois do que pareceu uma eternidade, ele soltou um gemido e saiu de mim. Senti uma substância quente, molhada e grudenta gotejar sobre minha barriga. Ele jogou um pedaço de saco em mim.*

*- Se limpe com isso.*

*Sem dizer nada, fiz o que ele mandou.*

*As palavras que se seguiram estavam destinadas a se tornarem o*

*refrão dele:- Não vá contar para a sua mãe, minha menina. Isso é segredo nosso. Se contar, ela não vai acreditar em você. Ela não vai mais amar você (MAGUIRE, 2012, p. 74-75).*

Os trechos da obra “Não conte para a mamãe” de Toni Maguire, auxiliam-nos a exemplificar os conceitos trabalhados ao longo do trabalho. Embora não se tenha trabalhado com o instrumento da literatura diretamente ao longo desta pesquisa, tratou-se de um aporte fundamental para realizar as considerações finais. Este trecho da obra em particular, transmite o sentimento de agonia e impotência diante da revelação de que um abuso sexual ocorreu e nada pode ser feito quanto a isso.

Indica-se, desde já, portanto, a possibilidade de realizar pesquisas futuras sobre a questão do abuso sexual intrafamiliar e o instrumento da literatura para sua abordagem.

Outra constatação importante de pontuar, é que esta pesquisa trouxe a possibilidade de visualizar a forma de apreensão do que é abuso sexual contra crianças e adolescentes e como as famílias trabalham este tema dentro do lar. O fator da proteção, do diálogo, do entendimento, influencia diretamente na proteção da criança e do adolescente contra a exposição ao abuso sexual.

Pode-se constatar também que a violência estrutural atua fortemente para que os outros tipos de violência possam ocorrer, incluindo as violências contra crianças e adolescentes, e o objeto deste estudo, violência intrafamiliar. O machismo e o patriarcado encontram-se também intrínsecos no abuso sexual, conforme visto anteriormente, em que a violência estrutural favorece a cultura do machismo, de exploração-explorado, dominador-dominado.

Este trabalho contribuiu para meu crescimento como profissional, ao estudar um tema tão complexo como o abuso sexual intrafamiliar, com diversas nuances. Quando relatava para amigos e conhecidos sobre meu objeto de pesquisa, algumas pessoas confienciaram relatos pessoais de abusos sofridos e o quanto consideram necessário pesquisas sobre esse tema. Enriqueceu, de diversas formas, minha forma de observar esse fenômeno, com tudo que pude ler e apreender para escrever este trabalho de conclusão de curso.

Acredito que por se tratar de um tema tão complexo, delicado, delicado e com tantas possibilidades de o abuso sexual manter-se em segredo, gerando sofrimento à vítima, torna-se necessário fortalecer as políticas públicas voltadas à

prevenção e realizar capacitações para profissionais e técnicos que trabalham com essa expressão da questão social, afim de desenvolverem uma postura acolhedora e um diálogo sensível, visando um atendimento protetivo.

Creio ainda que esta pesquisa não finda com esse trabalho, outras pesquisas devem ser feitas acerca desse tema, para que como profissionais tenhamos sempre subsídios técnicos e bibliográficos para atuar em casos de abuso sexual intrafamiliar com a seriedade e sensibilidade que ele necessita. O abuso sexual intrafamiliar é um tema complexo e cheio de nuances, carecendo ser sempre estudado.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York: Nações Unidas, 20 nov. 1989. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/pdf/crc.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. *Psicol. Am. Lat.* n.14: México, 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X200800030012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X200800030012). Acesso em: 28 abr. 2019.

AZEVEDO, Joana L.; ALBERTO, Maria de Fátima P. Abuso Sexual Intrafamiliar: As mães diante da vitimação das filhas. **Psicologia & Sociedade**. ISSN-e 1807-0310, Vol. 24, Nº. 2, 2012, págs. 412-420

BAIA, Pedro Augusto Dias et al . Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 21, n. 1, p. 193-202, jun. 2013 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X201300010014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X201300010014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

BOURGUIGNON, Jussara Ayes. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Florianópolis: Rev. Katályses, v. 10, p.46-54, 2007.

BRASIL. **Campanha de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes**: cartilha educativa. PNVSCA; ABTH. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf). Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Child Fund**. Fundo para Crianças. A importância do disque 100 para denunciar o abuso sexual infantil. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/disque-100/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Child Fund**. Fundo para Crianças. ECA: conheça o estatuto da criança e do adolescente!. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/eca-estatuto-da-crianca-e-adolescente/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. **Dados do disque 100**. Balanço das denúncias e violação dos direitos humanos de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CANTELMO, Claudia Aparecida; CAVALCANTE, Thainá Passos; COSTA, Liana Fortunato. A menina mãe: incesto e maternidade. **Fractal, Rev. Psicol.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 137-154, abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922011000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

CARNEIRO, Carla B. L. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social**. *Serviço Social e Sociedade*. n 84, ano 26. p. 66-90. nov. 2005. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Tipologia da violência. (CEVS). Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. Ática: São Paulo, 2000.

COULANGES, Fustel de. **Centralidade dos sujeitos nas pesquisas em Serviço Social**. In. *A cidade Antiga*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

DALBERGH, Linda L; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde. In. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. KRUG, Etienne G; DAHLBERG, Linda L; MERCY, James A; ZWI, Anthony B; LOZANO, Rafael (org.). OMS: Genebra, 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula, FALEIROS, Eva Silveira. **ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-144, Aug. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=en&nrm=iso).

ng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2018.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicologia & Sociedade, 24(2), 307-314. 2012.

GAZETA DO POVO, 9. 5. 2018. Disponível em:  
<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/desvio-na-merenda-escolar-pf-d-esvenda-escandalo-de-r-16-bilhao-4zr4w5xhhy18ja0skldd83cmf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOHENDORFF, Jean Von. **Violência Sexual Contra Meninos: teoria e intervenção.**/ Jean Von Hohendorff, Luísa Fernanda Habigzang, Sílvia Helena Koller./ Curitiba: Juruá, 2014.

HOLANDA JUNIOR, Francisco Wilson Nogueira. Evitação e proibição do incesto: fatores psicobiológicos e culturais. **Psicol USP**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 287-297, ago. 2017. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642017000200287&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642017000200287&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez: 1998.

KLEVENS, Joanne. **A Violência Coletiva e as Crianças**. Centers for Disease Control and Prevention, EUA, 2011. Disponível em:  
<http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2676/a-violencia-coletiva-e-as-criancas.pdf>. Acesso em: 4 maio 2019.

KOSIK, Karel - **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo. A pesquisa no serviço social e a tradição materialista - dialética. In. LEWGOY, Alzira. **Sociabilidade burguesa e serviço social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. As hipóteses psicológicas não foram atendidas nos casos de abuso intrafamiliar. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 21, n. 3, p. 337-347, setembro de 2016. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2016000300337&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000300337&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Como vivências maternas diante do abuso intrafamiliar sexual. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 2, p. 129-136, agosto de 2010. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2010000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000200001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. O Olhar de Mão Sobre o Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas. **Psicol cienc. prof.** Brasília, v. 35, n. 4, p. 1157-1170, dezembro de 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho et.al; **Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar**: Formas de Resistência utilizadas por crianças e adolescentes. Texto Contexto Enferm, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt\\_0104-0707-tce-26-02-e00050016.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e00050016.pdf). Acesso em: 24 jun 2019.

MAGUIRE, Toni. **Não conte para a mamãe**: memórias de uma infância perdida / Toni Maguire; tradução Ludimila Hashimoto. Rio de Janeiro: Bertarnd Brasil, 2012.

MAIA, Rosely Cardoso et al. Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 33, e33312, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722017000100309&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722017000100309&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MAURIEL, Ana Paula; GUEDES, Olegna de Souza. **Desafios da pesquisa na formação profissional do assistente social**: um olhar a partir da experiência do curso “abepss-itinerante”. Temporalis, v. 13, n. 25, p.13-32, fev. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4835>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEDINA, C. A. In: **Família**: ontem, hoje e amanhã. Revista Debates Sociais, nº 50/51 – Ano XXVI, CBCISS, 1991.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes**: questão social, questão de saúde. Rev. bras. saúde matern. infant.: Recife, mai-ago, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Turminha do MPF, assunto de gente grande para gente pequena**: Quais são os meios mais comuns de acontecer exploração sexual infanto juvenil?. Disponível em:

<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/quais-sao-os-meios-mais-comuns-de-acontecer-exploracao-sexual-infanto-juvenil>. Acesso em: 3 maio 2019.

MOREIRA, Maria Ignez C.; SOUSA, Sônia Margarida G. **Violência Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes**: Do Espaço Privado a Cena Pública. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**: do espaço privado à cena pública. Ano XV, n. 28, 2012.

MORESCHI, Marcia Teresinha. **Violência contra crianças e adolescentes**: análise de cenários e propostas de políticas públicas. (Documento eletrônico). Ministério dos Direitos Humanos: Brasília, 2018. Disponível em:

<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/conada/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 28 Abr. 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** / José Paulo Netto. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação**: 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 84, Ano XXVI. São Paulo: Cortez, nov. 2005.

OLHAR DIGITAL. Deep web: o que é, como entrar e o que acontece na parte sombria da internet. Disponível em:

[https://olhardigital.com.br/fique\\_seguro/noticia/deep-web-saiba-o-que-acontece-na-parte-obscura-da-internet/31120](https://olhardigital.com.br/fique_seguro/noticia/deep-web-saiba-o-que-acontece-na-parte-obscura-da-internet/31120). Acesso em: 03 abr. 2019.

OLIVEIRA, Marluce Tavares de et al . Violência intrafamiliar: a experiência dos profissionais de saúde nas Unidades de Saúde da Família de São Joaquim do Monte, Pernambuco. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 15, n. 1, p. 166-178, Mar. 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2012000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

PADILHA, Maria da Graça Saldanha. **Prevenção Primária de Abuso Sexual**: Avaliação da Eficácia de um Programa com adolescentes e pré-adolescentes em um ambiente escolar. São Carlos : UFSCar, 2007.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In. MODENA, Maura Regina (org). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.



PINCOLINI, Ana Maria Franchi; HUTZ, Cláudio Simon. Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 301-312, dez. 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X201400020004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X201400020004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

PINCOLINI, Ana Maria Franchi; HUTZ, Claudio Simon. Bem-estar subjetivo em famílias com histórico de abuso sexual intrafamiliar. **Gerai**s, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 5, n. 1, p. 03-22, jun. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-8220201200010002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-8220201200010002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

REIST, Melinda T. **Uma nova forma de abuso infantil**. A encomenda via pay-per view de abusos em tempo real. Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/anti-pornografia/uma-nova-forma-de-abuso-infantil-a-encomenda-via-pay-per-view-de-abusos-em-tempo-real-62106d05344d>. Acesso em: 3 maio 2019.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira et al. Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 801-813, Sept. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902014000300801&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300801&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

SAFERNET. Cyberbullying. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SAFFIOTTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Samara S. dos; DELL'AGLIO, Débora D. O Processo de Revelação do Abuso Sexual na Percepção da Mãe. **Psicologia, Teoria e Prática**. ISSN 1980-6906 (*on-line*), v. 15, n. 1, 2013.

SANTOUCY, Luíza Barros et al. Mulheres que denunciam violência sexual intrafamiliar. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 731-754, dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

SARTI, C. (2002). Família e individualidade: um problema moderno. In M. C. B. Carvalho (Org.), **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANTOS SANT'ANA, Raquel. **O MÉTODO NA TEORIA SOCIAL DE MARX: E O SERVIÇO SOCIAL?**. *Temporalis*, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 181-203, fev. 2017. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4889>. Acesso em: 16 maio. 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, Franca, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Violência e serviço social: notas críticas**. Rev. Katálysis: Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. p. 265-273.

UNICEF. **Infância e Adolescência no Brasil**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em: 15 junho 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SALEH, Nicole Martignago. **Direito da criança e do adolescente e os impactos do estatuto da primeira infância**. 2016

VIEIRA, Monique Soares. **A interface a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero: notas críticas acerca do cenário do município de Porto Alegre**. UFT: Miracema, 2012

VINCENSI, Jaqueline Goulart, GROSSI, Patrícia Krieger. Rompendo o silêncio: estratégias de enfrentamento das mulheres frente à violência intrafamiliar. In: **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. GROSSI, Patrícia Krieger, org. et. al. 2.ed.atual.ampl.- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

ZENI, Carolina. **Vidas marcadas pelo abuso**. Jornal NH, 06.2017. Disponível em: [https://jornalnh.com.br/\\_conteudo/2017/06/noticias/regiao/2126251-as-vidas-marcadas-pelo-abuso.html](https://jornalnh.com.br/_conteudo/2017/06/noticias/regiao/2126251-as-vidas-marcadas-pelo-abuso.html). Acesso em: 20 jun. 2019.

ZUQUETE, José Gonçalo Pais Estrela da Silveira; NORONHA, Ceci Vilar. "Foi normal, não foi forçado!" versus "Fui abusada sexualmente": uma interpretação dos discursos de agressores sexuais, das suas vítimas e de testemunhas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1357-1376, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312012000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312012000400006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 ago. 2018.

## **APÊNDICE A - Roteiro de Análise Bibliográfica I**

1. Quais são as percepções que os/as responsáveis pela criança possuem sobre o abuso?
2. Pontuar as principais determinações sociais, econômicas, culturais e psicológicas que encontram-se presentes para a incidência do abuso sexual?
3. De que forma essas determinações estão interligadas ao contexto societário?
4. Quais são os principais comportamentos e/ou ações que os membros da família desenvolvem diante a suspeita e/ou confirmação do abuso sexual?
5. Quais são as principais características das famílias abusivas? E como suas relações se diferenciam das famílias que desenvolvem padrões de proteção?
6. Qual a percepção de criança/infância que as famílias abusivas possuem?
7. Como entendem a função da família e as funções materna e paterna?
8. Como a família identifica ou não as situações de abuso sexual em seu interior?
9. Após a descoberta da violência, como reagem?
10. Quais são os impactos do abuso sexual para a dinâmica familiar? O que muda após sua revelação?

## **APÊNDICE B - Roteiro de Análise Bibliográfica II**

### **1 - Perfil da vítima (criança/ adolescente)**

- Sexo
- Idade
- Classe econômica

### **2 - Consequência do abuso**

- Cognitivo – Quais?
- Afetivo – Quais?
- Comportamental – Quais?

### **3- Perfil da mãe da vítima:**

- Trabalhava em casa ou fora
- Dependência financeira
- Trauma na infância (abuso, negligência)

### **4 – Tipo do Sexual Intrafamiliar:**

- Com contato físico
- Sem contato físico

### **5 – Abuso Sexual Intrafamiliar:**

- Uso da sedução
- Abuso com ameaça
- Trauma em segredo
- Características de repetição